

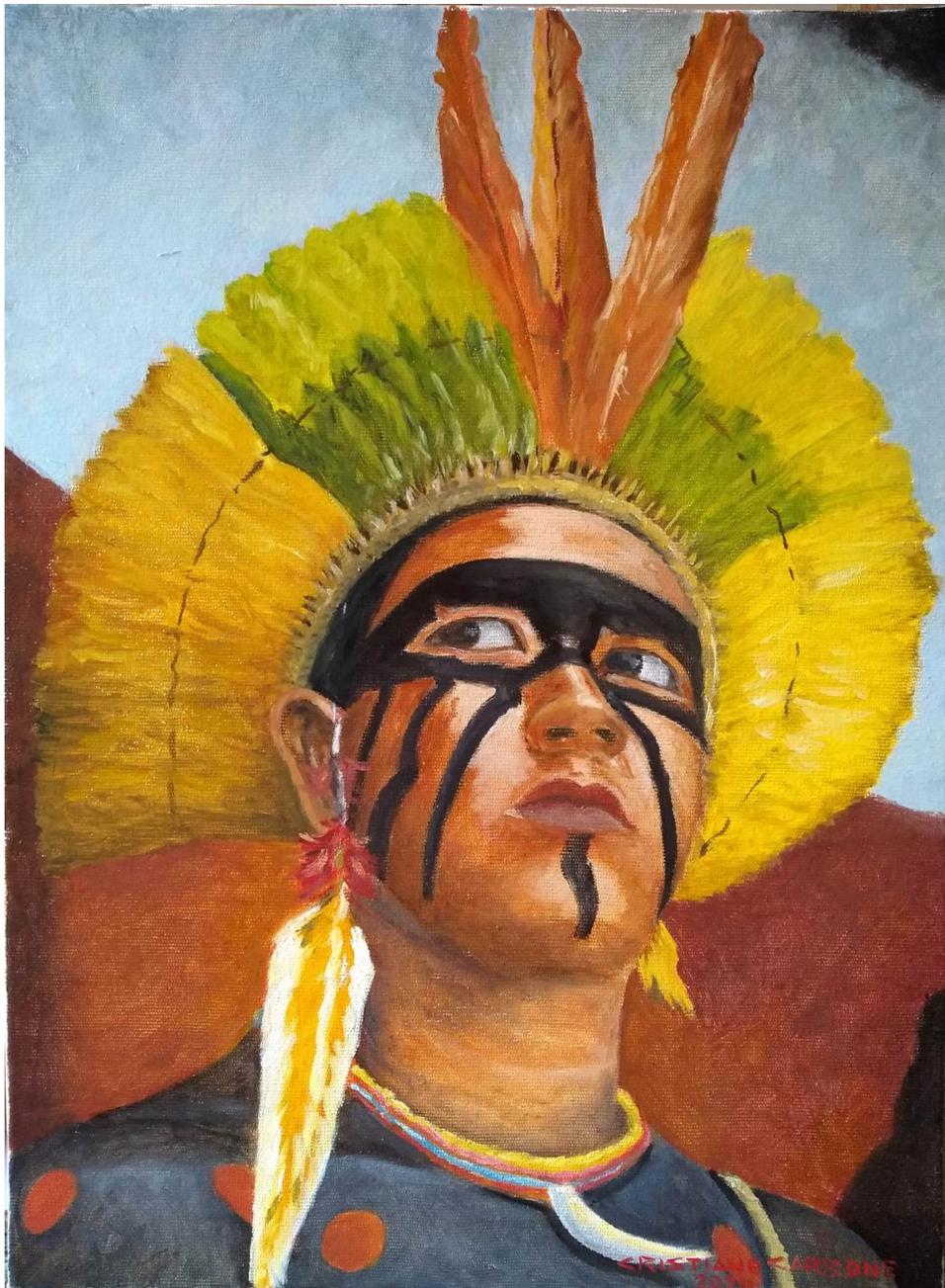


TOMADA DE CAIENA

INFORMATIVO DIGITAL DA DELEGAÇÃO DE PORTUGAL DA
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL / RIO DE JANEIRO

ANO II | N.º 3 | JUNHO DE 2022

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



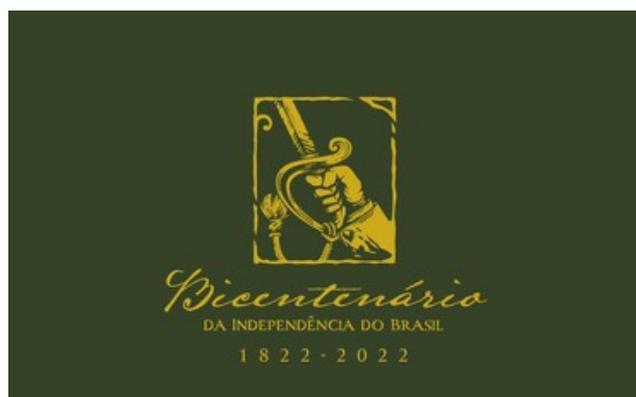
ÍNDIO - Óleo sobre tela da artista plástica Cristiane Carbone

NESTE TOMADA DE CAIENA:

- 3** Nota de Abertura
Cel Túlio Endres da Silva Gomes
- 5** Conservando a dependência: São José do Rio Negro (Amazonas) e a Independência do Brasil (1820-1850)
Prof. Doutor Dante Ribeiro da Fonseca
- 13** Decreto do 1.º de Dezembro de 1824
Da organização aos Corpos de 1.ª e 2.ª Linha do Exército
Dr. Jorge Quinta-Nova
- 18** Varnhagen Independência do Brasil / Portugal
Professor Adilson Cezar
- 29** Medalha da Restauração da Bahia, ou da Independência
Dr. Jorge Quinta-Nova
- 32** Notícias da AHIMTB/RJ e dos seus Académicos
Engº Rui Vargas
- 49** Preservação da nossa História Militar – Um desafio. Por quê?
Dr. Ricardo Moojen Nácul

CAPA: ÍNDIO - Óleo sobre tela da artista plástica Cristiane Carbone. Publicado com amável e generosa autorização da autora.

CONTRA CAPA: Império do Brasil [Material cartográfico]. - Escala [ca 1:17000000]. - [Paris]: Imp[rimeri]e Kaeppelin, [ca1850]. - 1 mapa: litografia, color. ; 34,90 x 29,80 cm, em folha de 55,70 x 34,80 cm. - Escala determinada com o valor calculado de 0,66 cm para o grau de latitude. - Data atribuída em conformidade com as características formais do documento. Biblioteca Nacional de Portugal, cota C.C. 265 V. Endereço WWW: <https://purl.pt/3352>

**TOMADA DE CAIENA**

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL / RIO DE JANEIRO

Marechal João Baptista de Mattos

Fundada a 1 de Março de 1996 | Instalada no RJ a 25 de Agosto de 2011

DELEGAÇÃO DE PORTUGAL

D. João VI

Fundada a 1 de Maio de 2012

Ano II, N.º 3, Junho de 2022

Director: Rui Santos Vargas

Editor: Jorge Quinta-Nova

Textos: Adilson Cezar, Dante Ribeiro da Fonseca, Israel Blajberg, Jorge Quinta-Nova, Ricardo Moojen Nácul, Rui Santos Vargas, Túlio Endres da Silva Gomes

Periodicidade: Semestral

E-mail: fahimtbportugal@gmail.com

ahimtbportugal.blogspot.com

ISSN 2184-9188

NOTA DE ABERTURA

Coronel Túlio Endres da Silva Gomes ¹

No momento em que escrevo esta nota de abertura, muito honrado com o convite do Engenheiro Rui Santos Vargas, dedicado e incansável Diretor desta publicação, acabo de retornar do encerramento da Conferência Brasil-Portugal: Perspetivas de Futuro, organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian, com a participação de personalidades destacadas das esferas política, econômica e cultural de ambos os países. Este foi apenas mais um dos diversos eventos comemorativos desta efeméride que, curiosamente, é celebrada pela antiga metrópole junto a sua mais importante antiga colônia, às quais podemos, muito mais adequadamente, nos referir como nações mãe e filha.



Nesse contexto, o Tomada de Caiena busca oferecer seu contributo ao debate que, do ponto de vista histórico-militar, já havia sido impulsionado pelo Seminário Duzentos Anos da Independência do Brasil, organizado conjuntamente pela Direção de História e Cultura Militar do Exército Português e pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército Brasileiro. O Seminário teve sua sessão de abertura conduzida pelo Comandante do Exército Brasileiro e pelo Chefe do Estado-Maior do Exército Português. É curioso observar, no campo dos fatos comemorativos em que nos irmanamos, portugueses e brasileiros, que o almoço que se sucedeu às honras militares oferecidas ao Comandante do Exército Brasileiro foi testemunhado pela réplica da obra Batalha dos Guararapes, de Victor Meirelles. O quadro, exposto em posição de destaque no Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército Português, oferece uma lembrança perene dos combates onde um exército luso-brasileiro, formado pela mistura de raças que forma a brasilidade de hoje, via nascer a si próprio e ao sentimento de amor a uma pátria que se tornaria soberana somente quase dois séculos depois da expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro.

Nesta edição comemorativa, o Tomada de Caiena nos oferece estudos importantes que proporcionarão momentos de grande prazer intelectual aos amantes da história militar e da história do Brasil e de Portugal. As transformações institucionais decorrentes da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, o processo que culminou na independência do Brasil e suas implicações no contexto da Amazônia são estudados pelo Prof Doutor Dante Ribeiro da



¹ Adido do Exército e Aeronáutica da Embaixada do Brasil em Lisboa e 1.º Delegado de Honra da Delegação de Portugal da AHIMTB-RJ.

Coronel de Cavalaria, Bacharel em Ciências Militares (AMAN, 1995) e em Direito (Universidade Estácio de Sá, 2003), Mestre em Operações Militares (ESAO, 2003) e Doutor em Ciências Militares (ECEME, 2013).

Fonseca. O artigo nos permite entender melhor os paradigmas distintos da complexa região amazônica nos primórdios da vida de um Brasil que nascia independente. A organização do Exército Imperial Brasileiro é apresentada, em seguida, por intermédio do artigo do Professor Doutor Jorge Quinta-Nova. Com base no documento histórico apresentado no artigo, a “certidão de nascimento do Exército Brasileiro”, é possível compreender melhor como o Exército de Caxias chegou a sua atual configuração. O autor também apresenta, nesta edição, um estudo da Medalha da Restauração da Bahia, ou Medalha da Independência, com todo o simbolismo evidenciado na importante comenda do Império do Brasil, criada em 1825 para celebrar a retirada dos portugueses da província.

A vida e obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, são estudadas no artigo do Professor Adilson Cezar. De um pioneiro da historiografia brasileira, a obra de Varnhagen, escrita durante o século XIX, nos oferece a dimensão exata do legado cultural português no Brasil recentemente emancipado, permitindo ao leitor se situar no tempo e nos modelos de análise contemporâneos aos fatos apresentados pelo autor. Também nesta edição, o Engenheiro Rui Vargas, Delegado da AHIMTB/RJ em Portugal, atualiza o estimado leitor acerca das últimas notícias da Academia e de seus acadêmicos. Finalmente, O Doutor Ricardo Moojen Nâcul nos apresenta sua reflexão sobre os desafios da preservação da história militar brasileira, cada vez mais importante em nosso país continente, cuja história confunde-se fundamentalmente com sua história militar, e que hoje se encontra inserido em um mundo que, infelizmente, ainda não aprendeu a viver em paz.

Assim, esta edição do Tomada de Caiena oferece ao leitor notícias da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Rio de Janeiro, bem como aprofundamentos historiográficos, históricos e histórico-militares importantes, para que possa compreender ainda melhor as histórias comuns dos povos e dos exércitos português e brasileiro. Compreender melhor essas histórias proporcionará ao leitor apreciar ainda mais a história única de dois povos ligados para sempre por laços inquebrantáveis de respeito e admiração mútuos. Somente uma nação, cujo rei deixa seu primogênito e instituições prontas para que emancipem um povo que queria seguir seu próprio destino, seria capaz de festejar, lado a lado, a consolidação dessa independência, duzentos anos mais tarde. É isso que testemunhamos nos seminários, eventos, encontros, publicações e nas carinhosas palavras do Presidente de Portugal, no encerramento da Conferência de junho de 2022 em Lisboa, e será isso que o leitor encontrará nos artigos desta edição comemorativa.

Festejemos todos nós! Ao comemorarmos os duzentos anos do Brasil soberano, filho de Portugal, vivam nossas nações, Portugal e Brasil! Vivam nossas tradições, nossas culturas, nossos Exércitos, nossa história comum! Que a Portugalidade unida à Brasilidade de nossos antepassados continuem iluminando os passos de nossas futuras gerações, e de um mundo desejoso de mais paz e fraternidade!

O informativo *Tomada de Caiena* conta com o apoio da
Direcção de História e Cultura Militar e da Biblioteca do Exército.
Os números publicados estão disponíveis para descarga através do código QR.



Conservando a dependência: São José do Rio Negro (Amazonas) e a Independência do Brasil (1820-1850)

Dante Ribeiro da Fonseca²

O Grito do Ipiranga (1822), que deflagrou o processo de Independência da Colônia Brasileira em relação a Portugal, produziu repercussões diferentes nas diversas regiões do nascente país. Foi, como em todo evento da História, o final de um episódio que principiou quando o regente de Portugal, D. João, aportou no Rio de Janeiro em 1808. A mudança do aparato governativo de Lisboa para o Rio de Janeiro, provocada pela invasão de Portugal (1807 e 1813) no contexto das Guerras Napoleônicas (1799-1815), foi seu início. No âmbito externo esse câmbio representou uma profunda alteração das relações do Brasil com Portugal e, afinal, com todos os demais países com os quais as mantinha, especialmente a Inglaterra.

Aqui instalado, com numerosa comitiva que trouxe de Portugal, o regente passou a promover uma série de modificações, atinentes a prover o Brasil da estrutura compatível com a situação de sede da Monarquia Portuguesa. Além disso, foram tomadas medidas que representaram o fim do Período Colonial no Brasil no âmbito da economia. Entre tais iniciativas consta a liberação do comércio direto do Brasil com outros países, antes restrito à intermediação de Portugal. Por último, no plano político a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, que dotou a antiga colônia da condição de paridade com a antiga metrópole. No âmbito interno, as unidades político/administrativas brasileiras passaram a ser denominadas desde 1817 indistintamente de províncias ou capitanias, possivelmente em razão da elevação do Brasil à condição de Reino Unido.

Em 1820 foi composta em Lisboa uma Junta Provisional Preparatória das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, que seriam reunidas no ano seguinte. Foi o marco inicial da Revolução do Porto, que precipitaria radicalmente o Brasil para sua emancipação. A junta emitiu em 31 de outubro daquele mesmo ano as “Instruções, que devem regular as eleições para cortes extraordinarias constituintes no anno de 1821”. Reza as Instruções em seu artigo XXXVIII: “As presentes Instruções são aplicáveis ás Ilhas adjacentes, Brazil e Domínios Ultramarinos”. Isso significa que a representação política seria permitida a todos os súditos do Império Português (REINO DE PORTUGAL, 1820. p. 5). Diplomas legais posteriores regulamentaram a forma de eleição e a proporcionalidade da representação política.

Um movimento simpático às propostas das Cortes, de caráter liberal na política, fez com que as elites dessas antigas capitanias brasileiras elegeassem deputados para representá-las nas Cortes. Em 1 de janeiro de 1821 formou-se em Belém a primeira Junta Provisória do Governo do Grão-Pará e Rio Negro, que apoiava a Revolução do Porto e o novo governo constitucional estabelecido em Lisboa no dia 15 de setembro do ano anterior (LIMA, 1845, p. 321). No mesmo ano, em decreto de 29 de setembro, foram abolidos os governos dos capitães-generais e governadores, estipulando uma Junta Provisória de 7 membros ou de 5 membros, ambas com um presidente, para as províncias, conforme estas fossem maiores ou menores, daí em diante o nome



² Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Titular/DE do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pesquisador de História da Amazônia.

capitania deixou de ser usado, exceto para as unidades menores ou subalternas (SOUZA, 1870, p. 44).

Contudo, a percepção geral de manutenção das conquistas obtidas pelo Brasil a partir da transferência da corte foi baldada. Como resultado da intransigência das Cortes quanto a esses pontos, crescentemente setores da elite brasileira passaram a apoiar a proposta de independência do Reino Unido em relação a Portugal, evento que veio a se cristalizar em 1822. Nesse novo momento, apesar da aparente comunhão de interesses da elite brasileira em relação à Independência, não havia unanimidade quanto à proposta. De fato, a Independência se fez no Norte a ferro e fogo, em razão de que importantes setores da elite amazônica pretendiam a manutenção dos laços políticos com Portugal. Assim é que o Grão-Pará, atual Amazônia, foi a última província brasileira a aceitar a Independência em 15 de agosto de 1823, ainda assim sob ameaça naval a Belém a mando de D. Pedro I, assim coroado em 1º de dezembro de 1822. No dizer de Ferreira Reis:

A Amazônia, no ano de 1822, quando ocorre a independência do Brasil, a que levaria a sua adesão no ano seguinte, face à preponderância que exerciam na região o poder econômico e os contingentes militares fiéis a Portugal, mantinha comércio ativo não apenas com o Reino peninsular, mas com outros mercados mundiais europeus e do continente americano. (1976, p. 20).

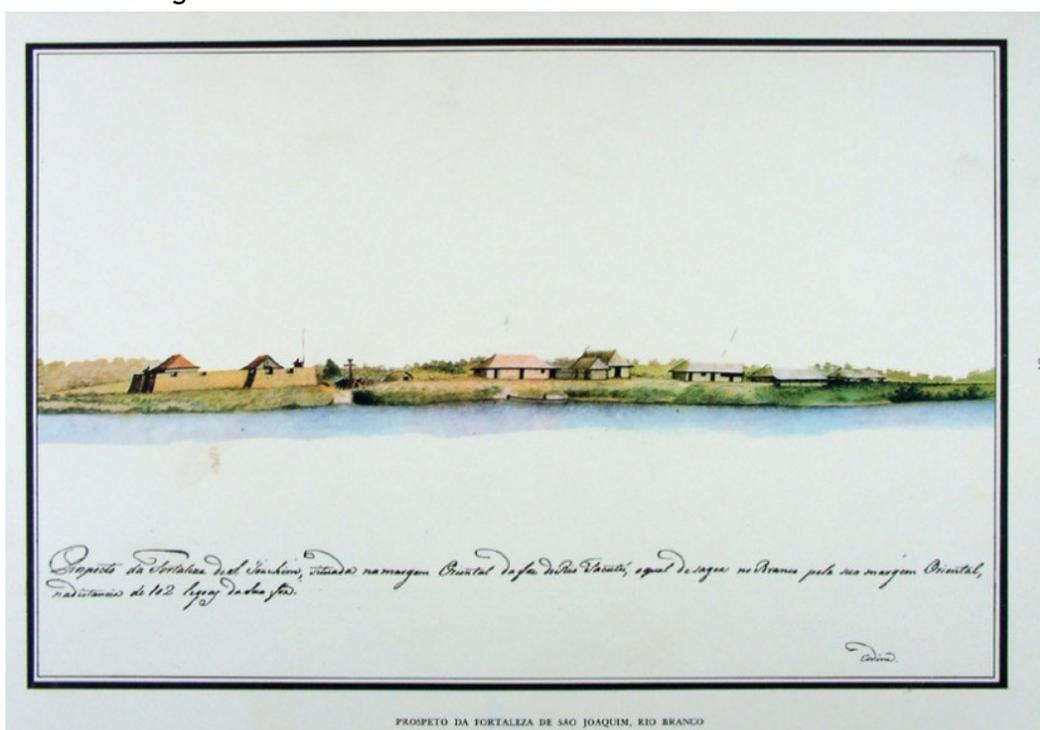
Se é bem verdade que através do porto de Belém a Amazônia exportava para todo o mundo, também é verdade que o poder econômico local tinha mais fortes intercâmbios com Portugal, o que explica em parte tal fidelidade. É ainda Ferreira Reis que nos oferece um “Mappa Geral da Exportação dos Generos do Pará, Para Diversos Portos Nacionaes e Estrangeiros em todo o ano de 1822”, que encontrou na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos de Belém. O mapa é a prova clara da ligação principal do comércio paraense com Portugal. Das sessenta e cinco embarcações, galeras, brigues, escunas, sumacas e hiates, que largaram do porto de Belém naquele ano, constavam vinte e duas que se destinavam às cidades portuguesas do Porto e de Lisboa. Em que pese a predominância que o comércio inglês adquiriu no Brasil após a Abertura dos Portos (1808), situava-se essa potência no referido mapa em um longínquo segundo lugar, com treze embarcações com destino ao Reino Unido: Londres, Liverpool e Glasgow. O destino do restante das embarcações se pulverizava por diversos países europeus e americanos.

No início do século XIX as expectativas da metrópole portuguesa em relação a integração das enormes zonas de fronteiras do Brasil encontrava sua maior dificuldade na crise econômica que afetava seu erário (BRITO, 2016, p. 440). Tal crise apresentava efeitos mais dramáticos nas afastadas regiões que compõem a extensa fronteira brasileira da região Amazônica. Esse era o caso do Rio Negro, uma área distante e mal equipada. A começar por sua capital, o lugar da Barra, depois denominado Manaus em referência ao grupo indígena que nele habitava. A denominação de lugar põe em relevo sua precariedade, pois ainda não fora elevada sequer à condição de vila ou de cidade. Spix e Martius, que viajaram pela Amazônia entre 1817 e 1820, às vésperas da Independência do Brasil, retrataram a paisagem da povoação e da província. O lugar da Barra, que fora constituído como cabeça da capitania do Rio Negro em 1809, substituindo a antiga capital, Barcelos (Mariuá), era formado em sua maior parte por casas de um só pavimento, feitas de pau a pique e cobertas de palha. Distribuíam-se essas moradias por ruas irregulares, destacando-se entre elas poucas casas de sobrado ou cobertas com telhas de barro.

A maior autoridade no governo da capitania era subordinada ao governador do Pará. Normalmente, em razão de sua situação fronteiriça esse posto era ocupado por um militar. Além desse, um ouvidor, o vigário geral da província e um juiz ordinário. Não existia ali então nem médico nem professor primário. Não possuía, à época da passagem de Spix e Martius, Senado da Câmara, que ficava situado em Serpa (Itacoatiara).

A comunicação fluvial, única possível entre Belém e Manaus, se feita em embarcações menores e mais ágeis, podia ser concluída em um mês. Antes do vapor, que fazia sua primeira incursão na região ainda nessa década de 1820, a distância e a dificuldade da navegação era ainda mais um óbice acrescentado ao isolamento da capitania. Onerava o transporte a exportação da produção para a província vizinha. Essa exportação era composta em sua maioria de produtos extrativos ou semi beneficiados. Examinando uma lista de produtos exportados da província do Rio Negro para a província do Pará em 1819 (SOUZA, 1870, p. 469) encontramos os seguintes gêneros: salsaparrilha, cravo fino, copaíba, piaçaba, quina, breu, estopa, crajiru, castanha, algodão em caroço (in natura); peixe seco ou salgado, tabaco, manteiga de tartaruga, mixiras (conservas de peixe ou tartaruga em substância gordurosa), anil, (beneficiados); redes de palha ou maquiras (manufaturados). Destaque-se aqui o tabaco, café e anil como produtos agrícolas e o cacau, que era parte agrícola e parte extrativo

A capitania do Rio Negro fizera fronteira com duas colônias espanholas, o Vice-Reino de Nova Granada e o Vice-Reino do Peru. A partir de 1819 iniciou o processo de Independência dessas antigas colônias em relação à Espanha, que se constituíram em Repúblicas. Em 1819 proclamaram sua Independência a Colômbia e a Venezuela, antes pertencentes ao Vice-Reino de Nova Granada. Em 1821 e 1825 tornaram-se independentes respectivamente o Peru e a Bolívia, antes componentes do Vice-Reino do Peru. O processo de Independência desses países não reduziu o clima de instabilidade fronteiriça existente no Período Colonial, embora, como no Brasil, as fronteiras desses novos países estivessem distantes dos centros de poder desses novos países. A partir de então os novos países independentes promoverão negociações de fronteira entre si, tornando necessário especial interesse dos governos nacionais nessas áreas.



Prospecto da Fortaleza de São Joaquim, Rio Branco

As fortificações, que promoveriam a defesa da capitania do Rio Negro em eventuais processos conflituos de demarcações de fronteiras, estavam em estado precário, tanto de conservação quanto ao que se refere às suas guarnições. Eram elas: Forte de São Gabriel da Cachoeira (1761), na margem esquerda do rio Negro; São José de Marabitanas (1763), no alto rio Negro, margem direita; São Francisco Xavier de Tabatinga (1766), na margem esquerda do rio Solimões e São Joaquim do Rio Branco (1775), margem esquerda da confluência do alto rio Branco (atual rio Uraricoera) com o rio Tacutu, onde se forma o rio Branco.



Cachoeira e arraial do rio Ixié

A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, a par de gerar um enorme gasto público, demandava da Coroa um gasto extraordinário, para salvaguardar sua colônia americana, cujo montante não existia no erário público. Particularmente na capitânicas do Pará e do Rio Negro, onde os gastos corriqueiros sempre eram maiores que as receitas. Dessa forma, os gastos com a manutenção da rede de fortificações fronteiriças, construída no século XVIII, era insuficiente para mantê-las prontas para o combate. As três fortificações acima citadas eram importantes para conter eventuais invasões estrangeiras pelos rios Solimões, Branco e Negro. Apenas para citar um exemplo, quando Martius passou pelo forte de Tabatinga em 1820 lá encontrou um comandante de milícias com doze soldados, o forte com alguns canhões enferrujados e em mau estado de conservação (SPIX; MARTIUS, v. 3, 2017, .p. 282).

Em Manaus, nessa época, havia uma fortificação e no mesmo lugar estava situado o quartel-general do destacamento militar do Rio Negro. A guarnição contava com um efetivo de cento e cinquenta homens, sendo metade pertencente à força de linha e a outra metade às milícias. Das

milícias, que deveriam contar com oito companhias com oitenta homens cada, prontos para o combate, somente estavam equipadas e treinadas quatro. Essas tropas também serviam às três fortificações fronteiriças da capitania, o que exigia delas a atividade em uma área extremamente ampla. Ocupavam-se também de diversos outros afazeres como: o policiamento e a guarda dos edifícios públicos em Manaus; ações contra grupos indígenas; vigilância nas praias de tartaruga no período da desova, além de diversos outros serviços, inclusive particulares. Em Manaus, em um subúrbio chamado Val de Cães, há um forte remanescente do Período Colonial, a Fortaleza de São José da Barra, ou Forte da Barra de São José do Rio Negro, que segundo Spix e Martius não resistiria “[...] muito tempo ao fogo de uma flotilha resoluta e conhecedora das águas navegáveis (SPIX; MARTIUS, v. 3, 2017, .p. 37).



Fortaleza e povoação de São José de Marabitanas

Esse era o quadro geral da capitania ao redor de 1822. Composta por uma população majoritária de nativos, a capitania desenvolvia uma economia limitada e sua capital não era ainda aquela cidade pujante que sessenta anos depois a borracha transformaria, no dizer de Euclides da Cunha em 1903, em uma cidade moderna, erguida, porém, sobre uma taba de índios.

Com base no decreto das Cortes, de agosto de 1820, e com a finalidade de igualar a forma de administrar as províncias, D. João VI decretou no dia primeiro de outubro de 1821 a extensão do decreto das cortes a todas as províncias do Brasil. A leitura atenta do decreto permite perceber um tratamento diferenciado para as capitanias subalternas, quando atribui a elas um número menor de membros das juntas governativas provinciais. A junta provisória do Rio Negro foi eleita em 3 de

junho de 1822. Em Lisboa, colocado em discussão o anteprojeto da Carta Magna constou que “A Nação portuguesa he a reunião de todos os Portuguezes de ambos os hemisférios” e que o seu território compreende no Brasil, entre outras, a província do Rio Negro. Na discussão desse título, José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, constituinte por São Paulo (MORAES, 1871, p. 70) lembrou a subalternidade do Rio Negro ao Pará, do qual tudo dependia em termos de administração, desde seu surgimento, propôs então que assim continuasse. A proposta foi aprovada (DCG, tomo VII, 1822, p. 131) e na Constituição Portuguesa promulgada em 23 de setembro de 1822, no seu artigo 20, constava a província do Pará e Rio Negro, mantendo-se, portanto, a subalternidade da antiga capitania.

Com a independência do Brasil (1822) iniciaram os debates para a nova carta constitucional, no que resulta a aprovação do “Projecto de Constituição pela Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil” em 30 de agosto de 1823 que no seu artigo 2º. consta que o Império do Brasil: “Compreende as Províncias do Pará, Rio Negro, [...] (SILVA, Vol. 7, 1864, p. 372). Vê-se, então, que era intenção desses constituintes instituir o Rio Negro como província independente. Curiosamente, subscreveu a proposta José Ricardo da Costa Aguiar, que nas Cortes havia objetado à menção de São José do Rio Negro como província independente do Pará (SILVA, Vol. 7, 1864, p. 409). O que teria provocado a mudança de opinião daquele político?

Ocorre, porém, que por várias razões, entre elas a mais importante foi definir a estrutura de uma monarquia constitucional, D. Pedro I não aceitou o projeto. Encomendou, então, ao Conselho de Estado um novo projeto de Constituição sobre as bases que ele mesmo determinou. O referido projeto determinava que o Brasil ficaria dividido em Províncias na forma, em que se achavam naquele momento (IB, 1823, p. 3). Aprovado o projeto ficou excluído o Rio Negro do rol das províncias. Assim, durante o processo de elaboração da Constituição de 1824 a maioria das antigas capitanias passaram a ser denominadas províncias, mas nenhuma alteração territorial foi realizada.

Na ausência da nomeação de governante para o Rio Negro, este continuou a ser governado pela Junta Provisória até 1825. A situação de instabilidade da Junta provocou a intervenção do presidente do Pará, que mandou dissolver a Junta governativa e nomeou um militar para comandante das armas do Rio Negro. Pelo aviso de número 233 de oito de outubro de 1825 o Ministério do Império aprovou: “[...] os actos do Presidente do Pará de abolir a Junta Provisoria do Rio Negro, remover a Camara de Barcellos para o ponto da Barra e crear um Commando de Armas” (CDGB (1825), 1885, p. 153).

Daí em diante registraram-se diversas tentativas de elevação da região à condição de província. Voltando a reunir-se o parlamento em 1826, Dom Romualdo Antônio de Seixas, que fora constituinte nas Cortes de Lisboa pela Província do Pará, apresentou projeto na Câmara dos Deputados, no dia 27 de maio de 1826, visando a elevação da área do Rio Negro à condição de província. A proposta de Dom Romualdo Seixas é interessante, na medida em que cria uma espécie de unidade administrativa intermediária visando a obtenção do status de província. Objetivamente propôs a criação de uma província de segunda ordem que, enquanto não obtivesse sua autossuficiência financeira, iria receber auxílio em recursos da província do Maranhão. A localidade da Barra do Rio Negro seria elevada à categoria de cidade.

A votação do projeto transcorreu em 1828 e, apesar de relevar a importância estratégica para a defesa dessa fronteira, as despesas para a instalação da província ficaram inviabilizadas pelos enormes gastos realizados com a Guerra Cisplatina (1825 a 1828). A discussão do projeto de Dom Romualdo transcorreu lentamente, sendo objeto da sessão de vinte e nove de abril de 1833 e depois apenas em 1839 (GREGÓRIO, 2011, p. 143).

Em junho de 1832 eclodiu a insatisfação da população do Rio Negro na forma da proclamação, que o transformava em província, e aclamou um presidente e comandante das armas. Enviada tropa

do Pará o movimento insurgente foi sufocado, passando a governar a região o comandante da tropa do Pará (SOUZA, 2ª. parte, 1875, p. 151). No ano seguinte a antiga capitania do Rio Negro foi constituída como comarca do Pará. Nas sessões do Conselho Provincial ocorridas entre os dias dez a dezessete de maio de 1833, tomando como base o Código do Processo Criminal, aprovado no ano anterior, onde constava: “Art. 3.º Na província onde estiver a corte, o governo, e nas outras os presidentes em conselho, farão quanto antes a nova divisão de termos e comarcas [...] (CLIB (1832), parte I, 1874, p. 187).

Ficaram as duas antigas capitanias divididas em três Comarcas: Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas, sendo esta última constituída na área da antiga capitania do Rio Negro, tendo por cabeça a vila de Manaus, antiga povoação da Barra do Rio Negro.

Em 1844 o Deputado Tenreiro Aranha encaminhou à Assembleia Legislativa do Pará, proposta à Assembleia Geral para a elevação do Rio Negro à categoria de província. Paulo José da Silva Gama, que fora presidente da Província do Pará de 1828 a 1830, propôs então novo projeto para transformar a Comarca do Alto Amazonas em província, cujo artigo primeiro a denominava São José do Rio Negro. Novamente neste projeto vemos retornar a ideia de subalternidade da área, como que uma marca genética impressa desde sua criação como capitania em março de 1755.

Assim é que, pelo projeto, a província seria governada por um vice-presidente que teria como seu superior hierárquico, pois seria um governo “filial e subalterno”, o presidente da província do Grão-Pará (MEDEIROS, 2006, p. 272 e p. 302). Finalmente a evolução das discussões parlamentares conduziu a aprovação da lei no. 582 de cinco de setembro de 1850 que elevou o Rio Negro à condição de província, com capital na localidade da Barra do Rio Negro, com os mesmos privilégios de jurisdição das demais províncias do Império. Finalmente, depois de noventa e cinco anos de existência, e de vinte e oito anos da Emancipação Política do Brasil, a antiga capitania subalterna conquistou sua independência.



Fontes consultadas

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. **Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul - Estado do Grão-Pará, 1750-1820.** Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2016.

CDGB - COLLECÇÃO DAS DECISÕES DO GOVERNO DO IMPERIO DO BRASIL DE 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

CLIB - COLLECÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1822. Parte I: **Leis das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CLIB - COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL DE 1832. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874.

COSTA, Graciete Guerra da. **Fortificações na Amazônia.** Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil; Vol 10, No 20 (Año 2014). http://revistanavigator.com.br/navig20/art/N20_art3.html.

DCG - DIÁRIO DAS CORTES GERAES, EXTRAORDINARIAS E CONSTITUINTES DA NAÇÃO PORTUGUEZA. Segundo anno da legislatura, tomo VII. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1822.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792.** 2 vols., vol. 1: Geografia e Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FONSECA, Dante Ribeiro da; VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Do Território do Guaporé ao Estado de Rondônia: geopolítica, eleições e mudança de elites na Amazônia.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. Dividindo o Grão-Pará: os debates para a criação da província do Rio Negro na Câmara dos Deputados, 1826-1828. Almanack Guarulhos, n. 01, p.137-152, 1º semestre 2011.

IB - IMPÉRIO DO BRASIL. Conselho de Estado. Projeto da Constituição de 1824. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1823.

IB - IMPÉRIO DO BRASIL. Constituição política do Imperio do Brasil de 1824. In CLIB - Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1824. Parte 1ª.. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

LIMA, José Ignácio de Abreu e. **Synopsis ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil.** Pernambuco: M. F. de Faria, 1845.

MEDEIROS, Vera Beatriz Alarcón. **Incompreensível Colosso.** A Amazonia no início de Segundo Reinado (1840-1850). Tese de doutoramento. Departamento de Antropologia Cultural e História da América e da África. Universidade de Barcelona, 31/maio/2006.

MORAES, Alexandre José de Mello (1816-1882). **Historia do Brasil-Reino e Brasil-Império.** 2 volumes em 1. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro, 1871.

REINO DE PORTUGAL. Constituição politica da monarchia portugueza. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

REINO DE PORTUGAL. Junta Provisional Preparatoria das Cortes. **Instrucções, que devem regular as eleições para cortes extraordinarias constituintes no anno de 1821.** Lisboa: Impressão Regia, 1820.

REIS, Arthur César Ferreira. Exportação da Amazônia em 1822. In: Revista do IHGB, vol. 313, p. 20, outubro/dezembro, Rio de Janeiro,. 1976.

SILVA, João Manuel Pereira da (1817-1897). **História da fundação do Império Brasileiro.** Vol. 7. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

SOUZA Francisco Bernardino de (cônego). Comissão do Madeira: Pará e Amazonas. 2ª. parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

SOUZA, André Fernandes de. **Noticias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas.** Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. 4º. Trimestre de 1848, pp. 411-504. Rio de Janeiro: Typographia João Ignacio da Silva, 1870.

SPIX, F., Johann Baptist von (1781-1826); MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von (1794-1868). **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** Edições do Senado Federal. 3 vols., vol. III.Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

DECRETO DO 1.º DE DEZEMBRO DE 1824

Da organização aos Corpos de 1.ª e 2.ª Linha do Exército

Dr. *Jorge Quinta-Nova*

Professor e Académico da AHIMTB/RJ



Através do Decreto que é apresentado em seguida, de 1 de Dezembro de 1824, foi regulamentado o Exército Imperial Brasileiro. Porque quando algo começa, algo acaba, temos então também a última ordem de batalha do Exército do Brasil (EB). Se temos o EIB em 1822, temos o EB há séculos.

Deste último nasce o novo exército que serve o Brasil independente. Com a exceção talvez apenas das subunidades da Divisão de Voluntários Reais, de montevidenha fama, que eram parte do EB desde finais de 1820, todas as forças do exército colonial brasileiro se converteram, de uma forma ou outra, em unidades do novo Império.

Formalmente parte do Exército do Ultramar, em oposição ao Exército de Portugal, o Brasil, assim como também a Índia, em menor medida, tinham direito a um uso officioso do termo Exército de; o Brasil, claro, bastante mais que qualquer outra parte do império português.



DECRETO — DO 1º DE DEZEMBRO DE 1824

Dá organização aos Corpos de 1ª e 2ª linha do Exército.

Sendo muito conveniente que os Corpos do Exército tomem uma Organização tão regular em sua força, e numeração, quanto as circunstancias permitem: Hei por bem que, provisoriamente, tenha execução a tabella, que com este baixa, assignada por João Vieira de Carvalho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar. Paço em o 1º de Dezembro de 1824, 3º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade Imperial.

João Vieira de Carvalho.



PRIMEIRA LINHA.—ARTILHARIA

ANTIGA ORGANIZAÇÃO	ANTIGA DENOMINAÇÃO	NOVA ORGANIZAÇÃO	NOVA NUMER- AÇÃO GERAL	LOGAR DA PARADA GERAL
Regimento.....	Regimento de artilharia do Rio de Janeiro.....	Corpos de artilharia de posição de 1ª linha do Exército.	1.º	Côrte.
Batalhões.....	Batalhão de artilharia de posição do dito.....		2.º	
	" " de Santos.....		3.º	Praça de Santos.
	" " de Santa Catharina.....		4.º	Cidade do Desterro.
	" " de posição da praça de Montevideo.		5.º	Montevideo.
Companhia.....	Artilharia da Provincia do Espirito Santo.....		6.º	Cidade da Victoria.
Corpos.....	Corpo de artilharia da Provincia da Bahia.....		7.º	Cidade da Bahia.
	" " de Pernambuco.....		8.º	Cidade do Recife.
Companhias.....	Artilharia do Piahy.....		9.º	Villa da Parnahyba.
	" do Ceará.....		10.º	Cidade da Fortaleza.
Corpos.....	" do Maranhão.....		11.º	Cidade de S. Luiz.
	" do Pará.....		12.º	Cidade de Belém.
Brigadas.....	Brigadas de artilharia montada da Côrte.....	Corpos de artilharia montada de 1ª linha do Exército.	1.º	Côrte.
Legião de S. Paulo.....	Artilharia montada da legião de S. Paulo.....		2.º	Cidade de S. Paulo.
	" do Rio Grande de S. Pedro.....		3.º	Cidade de Porto Alegre.
Corpos.....	" montada das Alagôas.....		4.º	Alagôas.
	" da Parahyba do Norte.....	5.º	Capital.	

N. B.— A companhia de artilharia montada aggregada ao regimento de artilharia da Côrte, destacada em Montevideo, fica fazendo um corpo separado, pertencente á Provincia do Rio Grande de S. Pedro.

Pela sobredita organização, os corpos de artilharia do Espirito Santo, Piahy, Rio Grande do Norte e Ceará, ficam desligados dos corpos de infantaria, a que estavam reunidos.

Os referidos corpos de artilharia levam esta denominação geral de — corpo — por não ser conveniente terem todos a mesma força, em attenção ao diverso numero, o qualidade das fortalezas de cada uma das Provincias, e á posição e força militar de cada uma destas.

SEGUNDA LINHA. - ARTILHARIA

Esquadrão.....	3º esquadrão de cavallaria de 2ª linha desta Provincia.....	Brigadas de artilharia montada guardacosta de 2ª linha do Exército.	1.º	Mangaraliba.
			2.º	Sepetiba.
			3.º	Cabo Frio.
			4.º	S. Salvador de Campos.

OBSERVAÇÃO

Esta organização geral, em quanto á força dos corpos, terá comtudo o seu devido effeito gradualmente, ao passo que crescerem nas Provincias a população, as finanças, e a necessidade da defesa; ficando a cargo dos Governadores das Armas, e Presidentes, darem conta a Sua Magestade Imperial sobre aquelles objectos, para o mesmo Augusto Senhor deliberar como achar justo.

Paço em o 1º de Dezembro de 1824.— *João Vieira de Carvalho.*

VARNHAGEN INDEPENDÊNCIA DO BRASIL / PORTUGAL

Adilson Cezar (Prof.)³

Nossa dívida para com Varnhagen é a da continuidade histórica do português no reconhecimento do ser brasileiro, da manutenção da unidade política, social e cultural e a visualização de um futuro próspero.

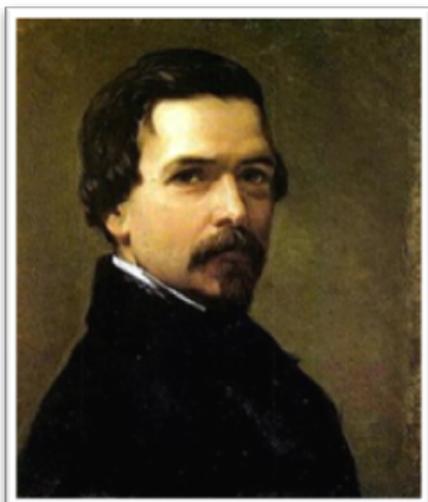


Antes de tecermos considerações ao título proposto, é importante termos esclarecido alguns conceitos básicos a respeito do tema a que nos propusemos. A ciência da História, em sua simplicidade, nada mais é do que o relato de uma série de acontecimentos, resultantes de uma causa, que por alguns motivos, evolui - são os fatos históricos, se transformando até a ocorrência ou consequência que desejamos entender. É o conhecimento do passado - este fixo, mas alicerce do presente e de “n” projeções ao futuro. Como podemos facilmente perceber, a simplicidade desejada se transforma em algo muito complexo, visto que apesar de estabelecido com absoluta clareza e de forma documentada, este ato pode ser visto de vários ângulos, o que sem qualquer dúvida leva a considerações bastante diferenciadas. Então mesmo que venhamos a dispor de um fato concreto, documentado, a interpretação deste pode ser como um prisma, que decompõe a luz branca transformando-a em um arco-íris. Assim apesar da precisão

³ Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba; Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/São Paulo; e Presidente do Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga (Governo do Estado de São Paulo).



de uma sucessão de documentos, somente não podemos abandonar dados específicos e quando são explícitos na intenção (observando que mesmo assim podemos contestar, visto que o ser humano às vezes pode criar situações desejáveis aos seus interesses). Eis a inquestionável realidade da História, que apesar de seus aspectos científicos, estes podem e devem ser constantemente revistos diante de novas visões. Aos diferentes autores, compete, sempre de acordo com seus conhecimentos ou



Retrato de Francisco Adolfo de Varnhagen, pintado por Frederico de Madrazo y Kuntz em 1853.

especialidade, esclarecer o porquê da opção por uma determinada visão. Precisamos, portanto, deixar claro que, o olhar ao passado e trabalhá-lo para adequar a nossa atualidade, em nenhum momento atingiremos a verdade absoluta, mas o resultado será sempre interpretações. Alertamos que nem por isso elas deixam de ser importantes, visto que interferem em nosso cotidiano e refletem as bases em que projetamos o nosso futuro. Este alerta que fazemos, tem por finalidade inclusive de expor o porquê de nossa temática Varnhagen e a Independência do Brasil de Portugal. Tendo em vista o exposto, podemos sim aceitar a proposta de alguns autores que chamam Varnhagen de “Inventor da História do Brasil” - pois apesar de toda a sua boa vontade e conhecimento, o que ele transmite é a sua maneira de visualizar a nossa História. Sempre em concordância com a sua época, e consigo mesmo.

Aqui em Sorocaba/SP, Brasil, através de nosso Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, juntamente com vários parceiros optamos por focalizar e comemorar o Bicentenário da Independência do Brasil através da visão de um de nossos mais expressivos filhos, o Visconde de Porto Seguro, ou seja, Francisco Adolfo de Varnhagen, “o pai da história do Brasil”. Creio que pela parte do já exposto, podemos entender a importância deste personagem para todos nós brasileiros e portugueses, pois durante o século XIX compôs a nossa História e a escreveu de uma maneira a demonstrar a continuidade da civilização portuguesa em nosso Brasil, mesmo com os laços políticos já rompidos. Poderia ter feito de forma completamente diferente? Sim. Mas ele, pelas suas características pessoais, a montou de forma documentada e evidenciando fatos que enaltecia o processo evolutivo da cultura portuguesa sobre as demais etnias que existiam entre nós, ou seja, a dos indígenas e a importada, dos africanos.

Lembramos que Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu aqui em Sorocaba (o local específico nas proximidades do Morro Araçoiaba; é hoje pertencente ao município de Iperó), em Ipanema, sendo o sétimo filho do casal, o Engenheiro Militar Friedrich Wihelm Ludwig Varnhagen, alemão contratado para construir altos fornos para a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, e da portuguesa

Maria Flávia de Sá Magalhães (importa destacarmos que embora a classifiquemos como portuguesa, não existe precisão com relação a esse detalhe, alguns pensam que seja brasileira, descendente de algumas famílias paulistas?). Destacamos esses itens porque esses dados fornecem uma pista para o aspecto psicológico do Visconde. Era brasileiro e teve mesmo que ‘lutar’ para conquistar essa cidadania, uma vez que criaram muitos obstáculos a esse reconhecimento - sendo necessário ser realizado por decreto Imperial. Filho de alemão, de uma portuguesa, e ele brasileiro, sendo que por essa condição ele digladiava. Em sua principal obra - História Geral do Brasil - ao lado de seu nome, faz questão de identificar “natural de Sorocaba”. Como diplomata e representante do Brasil, vai casar-se no Chile com Carmen Ovalle y Vicuña; aos seus filhos, solicitou que substituíssem o sobrenome Varnhagen, pelo nome de seu título nobiliárquico - Porto Seguro. Teríamos ainda muitos detalhes a explanar, como a escolha de um local onde construir um monumento em sua memória e que revelam não terem sido apenas seus trabalhos que espelham uma tendência a caracterizar o “ser brasileiro”.

Sendo aceito como brasileiro, desiste da carreira militar (não aceitou algumas imposições) e entra para a diplomacia, principalmente porque o novo país precisava com urgência de dados que definissem suas fronteiras e contassem sua história, para nos dar uma identidade. Fundamental era o levantamento de documentos em diferentes arquivos. Existiam alguns excelentes trabalhos sobre o Brasil, relatos de viagens, detalhes importantíssimos e valiosíssimos, no terreno das ciências sociais e naturais, ou dados específicos sobre determinadas localidades. Mas coube a Varnhagen enfrentar esse grande problema e nos dar um conteúdo abrangente seguindo a metodologia científica de sua época e em conformidade com os desejos do Império, que pretendia dados demonstrativos da integração de todas as antigas capitanias em um só bloco. Percebe-se que seu trabalho auxiliou no processo de manutenção da unidade nacional, diferentemente do que se percebe na América Espanhola, onde as antigas colônias se transformaram em Estados independentes.

O Governo Imperial Brasileiro percebia a necessidade de um elemento intelectual unificador e para isso apoiou a fundação em 1838 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entidade



Monumento a Varnhagen, no morro de Araçoiaba, em interessante formação geológica, mas local por ele próprio escolhido durante sua última visita a Sorocaba e a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Erigido pelo administrador da Fábrica, Cel Joaquim de Souza Mursa.

destinada a produzir uma história do povo brasileiro e Varnhagen, em 1841 torna-se um de seus membros e também chegará e exercerá o cargo de Secretário dessa notável entidade.

Escrevendo a nossa história, de antemão, é perceptível o valorizar uma série de circunstâncias, compromissos estabelecidos com o Império. Daí o buscar e rebuscar, na documentação elementos que justifiquem uma orientação ao pensamento do “ser brasileiro”. Defende sem qualquer dúvida a independência política da nova nação brasileira, mas não rompe com o legado colonial, ao contrário, justifica-o, aprofunda e demonstra a existência de um Brasil atrasado e até certo ponto bárbaro (principalmente com relação ao indígena), mas apoiado na cultura portuguesa, cresce em um sentido racional e progressista. Estes detalhes o levam em conflito com vários intelectuais de sua época, que querem principalmente valorizar o gentio.

Como já foi possível perceber, o vigoroso trabalho produzido pelo futuro Visconde de Porto Seguro só foi possível graças a um “financiamento” indireto por parte do Império do Brasil. Homem extremamente capaz, intelectual de primeira grandeza, que não se restringia aos arquivos, mas chegava mesmo a aventurar-se através das distâncias geográficas, com a finalidade de garantir os seus escritos. Por essa razão mais do que plausível é considerado um dos fundadores da historiografia brasileira e apelidado de “Heródoto brasileiro”, ou como anteriormente nos referimos, “o pai da História do Brasil”.

Aos seis anos de idade, retornou para Portugal com sua mãe, visto que o pai, não aceitando as transformações políticas portuguesas, mas como “funcionário desse governo”, aguardou seus familiares no Rio de Janeiro e retornou à Portugal. A educação do pequeno foi inicialmente aquela proporcionada pela mãe e pelos sucessivos encontros com grandes personalidades que impressionavam a criança. A título de demonstrar essa acuidade, lembramos que conheceu José Bonifácio de Andrada e Silva, que como geólogo visitou o pai de Varnhagen acompanhando o desenvolvimento das diferentes obras realizadas na Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, em especial a construção de nossos primeiros altos-fornos. Ele repara que quando José Bonifácio falava, expelia perdigotos... algo que sempre o incomodou muito.

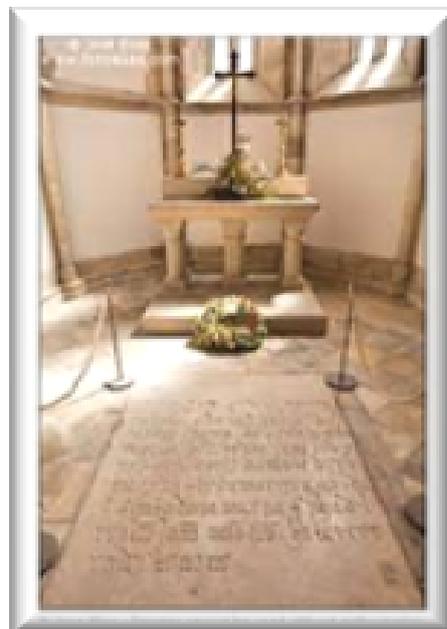
Transferindo-se para Lisboa, foi estudante do Real Colégio da Luz nessa cidade, de 1825 a 1832, e na sequência ingressou na Academia de Marinha, que frequentou de 1832 até 1833, passando a integrar o Exército Português, especializou-se em engenharia direcionada a assuntos de natureza militar. Nesse período participou de ações bélicas, em defesa dos interesses dos Bourbons e Bragança, o que permitiu a assunção ao trono de D. Pedro I do Brasil, como D. Pedro IV de Portugal. Destacamos episódios como esse para demonstrar como o comportamento de certas lideranças permanecem e se prolongam durante sua existência. A luta em Portugal a favor do retorno de D. Pedro IV contra a de seu irmão D. Miguel I, considerado como usurpador, tem posicionamento a favor de ações liberais, contrárias ao absolutismo.

Mas mesmo sempre voltado aos interesses militares e na engenharia necessária para apoio, quer ao exército como a marinha, encontrava momentos para uma de suas grandes aspirações, que era a pesquisa histórica. Deste seu envolvimento, surgiu seu primeiro trabalho de história - Notícia do Brasil (1835 e 1838); eram reflexões críticas recolhidas sobre um escrito do século XVI que imprimiu com o título supracitado, identificando a autoria do mesmo como sendo de Gabriel Soares de Souza e aproveitou o mesmo, para seu ingresso na Academia de Ciências de Lisboa. Percorrendo as igrejas, arquivos dos mais diversos, localizou e identificou o túmulo de Pedro Álvares Cabral na Igreja da Graça em Santarém.

Ainda sem decisão ao seu pedido de optar pela cidadania brasileira, retornou ao Brasil e fez uma viagem ao interior de São Paulo, com direção ao sul do país. Esse fato é importante, porque travou vários contatos com tribos indígenas e se anteriormente possuía alguma simpatia por estes, ele as perdeu por completo, suas declarações são explícitas, eram bárbaros. Como é perceptível a postura de Varnhagen, está em plena formação e desses contatos, ele apoia decididamente a civilização branca - como superior.

Curiosamente no ano de 1840, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, procurando dispor de trabalhos que melhor demonstrem uma História única do Império do Brasil, realiza para isso um projeto, sendo que o vencedor foi o alemão Karl Pillipp von Martius e neste dia, apoiando - se na diversidade racial brasileira, chama a atenção a um mito o da “democracia racial brasileira”. Antecipa a Varnhagen, pois no caso “Brasil”, propõe uma história centralizadora, dado que em nosso caso, os trabalhos resultantes da variedade e diversidade, daria como resultado, dispersões regionais e, portanto, desagregadoras. Sugere a elaboração de uma História que valorize pontos comuns, agregadores já que o país se encontrava politicamente unificado e cita duas bases - a monarquia e o aspecto religioso, o catolicismo.

Nesses elementos Varnhagen se apoiará e descreverá uma história documentada, através de consulta a fontes originais, voltada à valorização da conquista e cultura portuguesa, sobreposta de tudo às demais - a indígena e a africana. A Independência torna-se então mero rompimento político, pois todo o processo cultural é continuidade da civilização europeia (leia-se basicamente a portuguesa) e isto deve prevalecer em razão de sua superioridade.



Túmulo de Pedro Álvares Cabral
Igreja de Graça em Santarém /
Portugal
Foto: José Elias.

Existem em suas obras alguns detalhes que parecem controversos ao que explanamos, como por exemplo, na sua publicação “História das lutas com os holandeses no Brasil: desde 1624 a 1654” (publicação de 1871), portanto posterior ao término da guerra do Paraguai, mas alicerçava o Império do Brasil, principalmente, porque este saía desse conflito altamente endividado. Pela sua descrição, Varnhagen demonstrava a existência de uma unidade fraterna entre brancos, índios e negros - eram as três raças juntas para combater o inimigo comum - os holandeses. Nas entrelinhas pode-se perceber que a conjugação de esforços era coordenada pelos portugueses (brancos) e com o apoio dos selvícolas e africanos, que preferiam a colonização lusitana cristã. A visão, portanto, que passa dessa luta, é direcionada à construção de nosso nacionalismo, com a prevalência da unidade de nossos grupos étnicos. Guararapes, local da grande batalha que trouxe por definitivo a expulsão dos neerlandeses, é hoje considerada como ponto inicial da constituição do Exército Brasileiro. Neste contexto, ao observar sua obra, mais uma vez deparamos com o pragmatismo voltado a nossa nacionalização. Pois apesar de termos sido invadidos pelos holandeses (1630 a 1654), que lutavam pela posse e permanência, o que para ele como é obvio os destaca como inimigos, necessário é observamos que no período da administração de Maurício de Nassau (1637 a 1643) contratado pela Companhia das Índias Ocidentais (WIC - West-Indische Compagnie) promoveu-se transformações profundas em Pernambuco. Somente após o fim do período “nassoviano”, é que a resistência contra os holandeses conseguiu força suficiente para promover a expulsão deste inimigo. Isto demonstra que Varnhagen constrói a história a favor dos portugueses, e com essa divulgação favorece a integração e a futura unidade nacional.

Há autores que criticam a obra de Varnhagen, pela mesma ser escrita num estilo enfadonho e monótono, opaco e distante. Afirmam que em seus trabalhos, busca-se todo o tempo a ocultação dos conflitos, dos dramas e dos “crimes de nosso passado”. Com essa exposição de ideias é perfeitamente visível o que expusemos no início deste trabalho, são pontos de vistas realizadas de posições divergentes ou até mesmo nítidas questões ideológicas.

Não se pode medir com exatidão a importância de um trabalho realizado por um Varnhagen, mas é exato afirmar que graças a esse esforço, publicação e disseminação principalmente entre as classes mais proeminentes, devemos a unificação das diferentes regiões brasileiras povoadas e



Monumento ao Visconde de Porto Seguro. Em novo local, mais seguro e prestígio, diante do Mosteiro de São Bento. Importante que se trata de monumento tumular, que o abriga e uma de suas filhas.

colonizadas pelos portugueses. Importa lembrarmos nesse detalhe, que a estrutura inicialmente implantada na colônia brasileira era muito semelhante às das regiões ocupadas pelos espanhóis. Portanto a possibilidade de desagregação, principalmente nas áreas mais próximas a Portugal sempre foi muito grande.

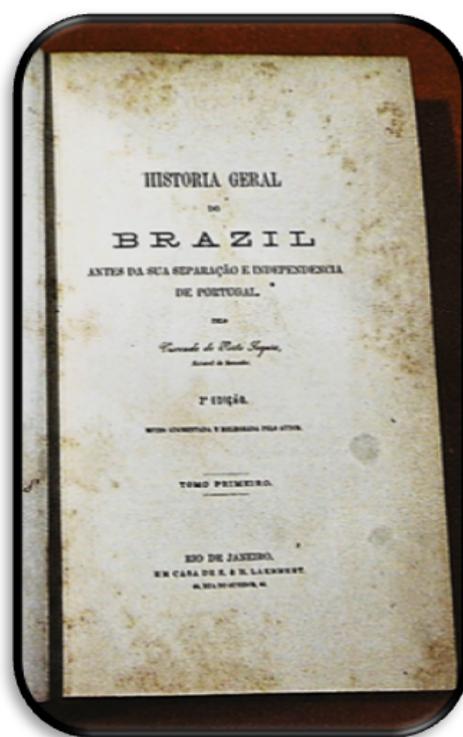
Devemos lembrar que a maior parte de nosso território, excetuando o litoral, não possuía fronteiras definidas. Portanto uma das primeiras preocupações que coube a Varnhagen, foi a de estudar nos arquivos e depois na medida do possível na própria área, a delimitação territorial.

A Geografia cabia um papel de extrema importância no que concerne à formação da nacionalidade. Estabelecidos os limites, o povo ou a gente que aí estava adquiria a nacionalidade.

Varnhagen, com sua visão e construção histórica, elaborou uma identidade nacional, centralizada em torno do poder Imperial, valorizando nossa origem europeia (portuguesa) e com isso unindo as diferentes regiões brasileiras. Não existe cisão, mas pelo contrário, uma continuidade apesar de certas mudanças, mas o que é natural. Somos todos uma única unidade, social (origem portuguesa com preponderância ao homem branco), política (Imperial), religiosa (cristã) e com essa estrutura, constrói-se o Brasil. Entrementes, o olhar Varnhageniano é mais amplo, pois não permanece apenas no ontem, vive o presente com determinação, atuando como diplomata e como brasileiro que quer conhecer o que é seu. Viaja pelo país e vislumbra o futuro, registra e indica o local onde se deveria erguer a capital da jovem nação.

Neste ponto e com base em seus trabalhos, ele demonstra possuir uma expectativa muito otimista para o nosso país. Dotado de uma vastidão territorial, precisava com urgência construir sua capital no interior. Aliás sob esse prisma ele não é o primeiro a se manifestar, o próprio José Bonifácio

de Andrada e Silva e outros admitiam essa necessidade. Mas coube a ele já como Embaixador Plenipotenciário do Brasil no Império Austro Húngaro, solicitar dispensa para poder viajar, enfrentando o sertão e ir pessoalmente assinalar o local em que sugeria se construísse a cidade de Imperatária (hoje nas proximidades de Brasília). Assinalou com base em seus estudos cartográficos sobre o Planalto Central, que o local adequado para erigir a nova capital, ficava no interior de Goiás, entre as lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, e escreveu um livro sobre o assunto em



Segunda edição da "História Geral do Brasil" [antes da sua separação e independência de Portugal] tomo primeiro e assinala - pelo Visconde de Porto Seguro - Natural de Sorocaba.

1877, “A questão da capital: marítima ou no interior?”. Essa definição incluía outros elementos básicos de sua época, além da interiorização, a proximidade de uma hidrografia que permitia atingir vários extremos do país. Observe-se nosso mapa físico e percebe-se certa facilidade de, a partir desse centro atingir a bacia Amazônica, a bacia do Rio São Francisco e a Bacia Platina. Para a interligação de todas essas regiões sugeria também a criação de estradas de ferro. Como era um liberal, essas medidas deveriam caber a investidores ou conglomerados destes, mas percebendo que essa realidade de imediato seria impossível, sugeria que o Estado, tomasse as rédeas e as iniciasse. Era contra a importação de escravos negros, sendo que aqueles que aqui já se encontravam, bem como os indígenas, deveriam ser aculturados e incorporados à gente brasileira. Como diplomata, fez algumas sugestões como após a guerra do Paraguai, sendo favorável à sua incorporação ao Estado Brasileiro, lembrando que a maioria da população dessa região era de origem guarani e que seria mais interessante anexá-la ao Brasil. Assim como, por questões de geopolítica, é favorável a uma nova guerra com o Uruguai e reincorporá-lo ao nosso país, o que infelizmente não ocorreu devido ao interesse Britânico em defesa desse novo país. Por esse rápido esboço das ideias e trabalhos de Varnhagen, pode-se perceber que ele possuía uma visão historicista, valoriza profundamente a percepção de certos fenômenos básicos e importantes para a constituição da jovem Nação. Lembra que o conhecimento da História molda o comportamento humano e fornece alguns valores, chamando a atenção contra excessos do racionalismo. Com estes dados podemos classificá-lo como dispendo de uma visão hobbesiana hegeliana - é Hobbes e a Hegel - que segue em parte. Trata-se de construir um estado organizado e para isso é preciso ter consciência do que acontece. Organizado o Estado, cabe a este construir a Nação. Assim a montagem de sua, a nossa história, está escrita a partir da presença do homem branco - o português - aquele que deveria predominar, com relação ao indígena, assimilá-lo e evitar a chegada de novos africanos. Necessário também lembrarmos, que junto ao historiador, temos o diplomata, de forma que no caso de Varnhagen, não se pode separar um do outro. Os trabalhos de Varnhagen são múltiplos e evidentemente para o que pretendemos, não vamos abordá-los um a um ou mesmo citá-los, pois não é conveniente. De forma que destacamos alguns aspectos principais e que vêm de encontro à demonstração de que para Varnhagen, dentro de seu interesse como historiador e diplomata, a nossa História é continuidade da Portuguesa, alicerçada no catolicismo e voltada ao Estado (monárquico, constitucional e unitário), para a partir desta constituição, criar a Nação Brasileira. Dentro dessa conformidade publicou o seu livro “O Memorial Orgânico” (Uma proposta para o Brasil em meados do século XIX), que somente viria a assinar posteriormente e curiosamente com uma frase “1849 - Dado a Luz por um amante do Brasil”. Chama a atenção de que temos nesta terra, paulistas, mineiros, baianos, etc, mas muito poucos dizem serem brasileiros. Nesta obra identifica seis desafios cruciais que procura elucidar e resolver: 01. A definição dos limites territoriais com nove países (lembrando que ao seu modo peculiar de ver em alguns detalhes foge da concepção

considerada como adequada para essas divisões); 02. Interiorização da capital diante do risco de sua localização no litoral (como tivemos antes a oportunidade de ver, não foi o primeiro a destacar essa necessidade, mas sim foi o único a avançar sertão a dentro para localizar e sugerir onde está deveria ser construída); 03. A escassez de comunicações e de mercado interno (eram e são ainda gritantes as diferenças regionais no Brasil e para acabar com isso embora fosse a favor do liberalismo econômico, sugeria a construção pelo Estado de uma grande rede ferroviária, que iria se integrar a um possível sistema de navegação fluvial); 04. A anacrônica divisão das províncias do Império (o histórico de nossa divisão administrativa das Capitânicas Hereditárias aos atuais Estados, demonstram o quanto em termos de proporção geográfica administrativas são diferentes - era necessário para ele uma melhor distribuição); 05. A ausência de doutrina de segurança e de forças armadas (embora dispondo de um imenso litoral e aéreas fluviais, ele optava pela constituição de um exército bem montado e com a construção de fortalezas, pois percebia como potências europeias olhavam com cobiça para nosso território); 06. A heterogeneidade da população do país (para resolver esse problema insistia que devíamos incentivar a imigração de novos contingentes europeus, capazes de dar prosseguimento ao processo civilizatório em conformidade com concepções prevaletentes na elite brasileiro-portuguesa da época). Pelo exposto destacamos que não se pode separar em Varnhagen, o historiador do diplomata, do publicista, e outros tantos “istas”, mas todos voltados à criação de um Brasil grande e próspero. Se nos entranharmos no pensamento Varnhageniano, certamente a sua pretensão era a criação de um Estado Europeu nos trópicos, em marcha acelerada para a “civilização”. Lembramo-nos que grande parte de suas idéias refletiam as expostas no IHGB por Karl von Martius.

Para Varnhagen, a História é o alicerce sobre o qual se ergue o Estado, exercendo sobre este um papel orientador. A atuação do homem brasileiro vem de suas origens - da portuguesa, o rompimento é apenas político administrativo, pois a cultura é única. Ele pensa e reflete o Brasil, não somente na construção da continuidade histórica portuguesa, mas identifica com a geografia seus enormes problemas alguns que subsistem até a atualidade, e por isso vislumbra alguns caminhos que devem ser tomados para um futuro próspero. Curioso, mas já propunha ele ao Governo, a adoção como obrigatória do estudo da História Pátria, em nossas Escolas, mas principalmente nos Colégios Militares e de Direito. Percebe-se também sua preocupação no sentido da diplomacia econômica, o que chama a atenção por exemplo, ter sido em Viena, um propagandista da erva mate e do café. Destaca-se que ele em meados do século XIX, clama pela necessidade de planejamento nas ações de governo - o Brasil é um só integrado geograficamente (sair desse arquipélago e se transformar em uma Nação) e deve ser orientado pelo Estado Monárquico Constitucional, investir para o interior, facilitar as comunicações e realizar desenvolvimento equilibrado, tudo isso deve ser orientado por um planejamento. Um outro de seus livros, publicado postumamente, “História da Independência do Brasil”, foi encontrado no acervo

do Barão do Rio Branco e nele repete os aspectos que acima já nos referimos. Mas se questionado o porquê de nossa Independência, o que encontramos é que se tratava de uma espécie de destino manifesto, o país era um organismo que crescia e já não aceitava mais o controle da mãe Pátria. Neste nosso pequeno artigo, deixamos de citar muito de sua grandiosa obra, que não pode ser divorciada de suas inúmeras atividades, é o Historiador que se sobressai ao Diplomata, embora a serviço deste último. Foi o homem certo para o Brasil, no momento especial de afirmação de nossas fronteiras, bem como graças à sua história única, favoreceu a unidade territorial e por isso mesmo foi avesso às manifestações nativistas como a Inconfidência Mineira, pensava o Brasil como um todo. Não fosse a independência acontecida pelas mãos de um legítimo imperador Português, certamente reinaria em nossas terras o caos, a fragmentação do território e o obscurantismo. Por isso embora a sua grande obra reflète a separação, Portugal / Brasil, sua manifestação é feita como uma evolução ou transformação “pacífica”, e somente graças a isso conseguimos construir nos trópicos a grande Nação Brasileira. Apropriarmo-nos do pretérito é algo muito importante, pois é sempre sobre ele que se ergue o presente e projeta-se o futuro.



Observamos que, ao refletir sobre a obra de Varnhagen e tecer alguns elogios, estes certamente são óbvios, pois graças a essa montagem, isso contribuiu para a manutenção da Unidade das Antigas Colonias, que se transformaram no Brasil de Hoje. Isso evidentemente, nem sempre corresponde às expectativas e aos interesses reais do historiador - pois orienta e exalta determinados aspectos, enquanto denigre outros que precisariam ser louvados. Mas o objetivo deste pequeno arrazoado de informações tem apenas a intenção de demonstrar nossa grande dívida de gratidão para com “o pai da nossa história” e neste preciso momento de comemoração do bicentenário de nossa Independência, não repudiar Portugal, mas ao contrário, destacar e valorizar nossas origens.

Referências bibliográficas:

ABREU, José Capistrano de.

Capítulos de história colonial (1500-1800).

Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, F. Briguet & Cia, 1934.

CEZAR, Temístocles.

Ser historiador no século XIX: O caso Varnhagen.
São Paulo: Autêntica Editora, 2018.

CORTESÃO, Jaime.

Cabral e as origens do Brasil: ensaio de topografia histórica.
Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1944.

FLEURY, Renato Sêneca.

Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro: biobibliografia do Pai de nossa História.
Rio de Janeiro, edição do autor, 1978.

GLÉNISSON, Jean.

Iniciação aos Estudos Históricos.
Difusão Europeia do Livro. SP. - 1961.

LESSA, CLADO RIBEIRO DE.

Correspondência ativa de Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro).
Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro - Ministério da Educação e Cultura, 1961.

LIMA, Manuel de Oliveira.

O movimento da Independência: 1821-1822.
São Paulo: Melhoramentos, 1922

VARNHAGEN, Francisco Adolfo

Memorial orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)
Com ensaios introdutórios de Arno Wehling.
Brasília: FUNAG, 2016.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo

Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico / (Org. Sérgio Eduardo Moreira Lima)
Brasília: FUNAG, 2016.

WEHLING, Arno.

Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.
Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



Medalha da Restauração da Bahia, ou da Independência

Dr. Jorge Quinta-Nova

Professor e Acadêmico da AHIMTB/RJ



A Medalha da Restauração da Bahia, comumente conhecida como Medalha da Independência, foi

criada a 2 de julho de 1825, para celebrar a retirada das forças portuguesas da cidade, dois anos antes, e galardoar os oficiais e soldados do Exército. Mais tarde, a 17 de agosto, foi estendida aos oficiais e marinheiros da esquadra que bloqueou o porto.

A condecoração era usada pendente do peito esquerdo, mas podia ser usada ao pescoço por oficiais generais em dias de gala. As classes eram (1) ouro, com resplendor em prata dourada, para os oficiais generais, (2) ouro, com resplendor de prata para os outros oficiais e (3) cobre para praças.



As cores da fita são em cinco listras verticais ao centro, verde, douradas as intermediárias e verde as extremas. O pendente é oval, com resplendor em volta, tudo encimado pela coroa imperial.



No **anverso**, ao centro, uma espada e um ramo de louro cruzados sob a sigla P I; sobre a sigla, a coroa imperial (exemplares do Rio de Janeiro) ou uma coroa de louros (exemplares da Bahia). Em volta, a inscrição 'RESTAURAÇÃO DA BAHIA' e, em baixo, o ano '1823'.

No **reverso**, a efígie de D. Pedro I (exemplares da Bahia); plano e liso nos exemplares do Rio.

Foram produzidos dois modelos, um na Casa da Moeda do Rio de Janeiro e outro na Casa da Moeda da Bahia, com algumas diferenças já indicadas em cima.

O do Rio de Janeiro tem, no anverso, tem a coroa imperial (sobre a sigla P I) e o reverso plano e liso. O da Bahia tem, no anverso, uma coroa de louros (sobre a sigla P I) e, no reverso, a efígie de D. Pedro I.

A mesma fita é usada pela Medalha Tamandaré, da Marinha Brasileira. O almirante que dá o nome à medalha detinha a medalha de restauração da Bahia.



João Manuel de Lima e Silva (1805-1837) usando a medalha, Museu Júlio de Castilho.

Fontes

Capitão de Mar-e-Guerra Léo Fonseca e Silva (redator), *Marinha do Brasil: Medalhas e Condecorações*, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1983.

NOTÍCIAS DA AHIMTB/RJ E DOS SEUS ACADÉMICOS

Eng.º *Rui Santos Vargas*

Acadêmico e Delegado em Portugal da AHIMTB/RJ

ACADÊMICO MATA ROQUE CONCLUI MESTRADO EM HISTÓRIA

O nosso acadêmico Daniel Mata Roque concluiu na Universidade Salgado de Oliveira o Mestrado em História (PPGH-UNIVERSO) com a defesa da dissertação "Luz, câmera, esquecimento: o Brasil na Segunda Guerra Mundial e a trajetória do filme perdido 'O Brasileiro João de Souza'".

Damos os parabéns ao acadêmico Mata Roque por mais esta conquista.

Daniel Mata Roque é cineasta e memorialista. Mestre em História da Universidade Salgado de Oliveira (PPGH-UNIVERSO), é bacharel em Cinema (UNESA), com especialização em Ciência Política (UNYLEYA) e MBA em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais (UNESA).

Pesquisa a interseção entre o cinema brasileiro, a memória de guerra e a história militar, tríade sobre a qual produziu documentários e publicou livros e artigos. Trabalha com cinema e audiovisual desde 2008 e atualmente dirige a Pátria Filmes, unidade cinematográfica fomentadora de cultura fundada em 2013, que

encara como missão a preservação da memória, a discussão cultural e o aprimoramento da cidadania através do cinema no Brasil.

É o idealizador e diretor do MILITUM - Festival de Cinema de História Militar, organizado desde 2017.

É associado à Academia de História Militar Terrestre do Brasil - Rio de Janeiro (AHIMTB-RJ) onde é Secretário Executivo e Titular na Cadeira Especial Brigadeiro João de Souza da Fonseca Costa. Pertence também ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), à Sociedade Amigos da Marinha (SOAMAR) e à Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB).



ACADÉMICO MENDES PINTO ADMITIDO NA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOSOFIA

O Académico Prof. Doutor Paulo Mendes Pinto foi admitido, no passado dia 09 de Dezembro de 2021, na Academia Brasileira de Filosofia (ABF) como Membro Correspondente.

O Professor Mendes Pinto, como noticiado no último número do Tomada de Caiena, é actualmente o Diretor-Geral Académico (Reitor) do Grupo Lusófona no Brasil, para dirigir as Faculdades Lusófonas de S. Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia.

A Academia Brasileira de Filosofia foi fundada em 1989 e tem por objectivo estatutário a defesa, a divulgação e a preservação da memória da cultura filosófica brasileira, da memória dos seus membros, dos principais pensadores nas mais diversas áreas do pensamento, além da organização de eventos filosóficos nacionais e internacionais. Desde 1 de Outubro de 2003 a ABF encontra-se sediada na Casa Histórica de Osório, imóvel tombado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. De grande importância histórica e arquitetónica, este prédio, do século XVIII, antiga residência do Marechal Osório, Patrono da Cavalaria do Exército Brasileiro, detentor do título de Marquês de Herval e Senador do Império, abrigou anteriormente o Museu do Exército.



ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOSOFIA
Ad Veritatem



ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOSOFIA
Ad Veritatem

*A Academia Brasileira de Filosofia
pelo seu Presidente Prof. Dr. Edgard Leite Ferreira Neto*

CONVIDA

para a cerimônia de posse dos **Membros Titulares**

Dra. Ana Luiza Almeida Ferro
Prof. Dr. Carlos Frederico Gurgel Calvet da Silveira
Dr. Carlos Saldanha Legendre
Prof. Dr. Sócrates Nolasco

para a entrega do título de **Doutor Honoris Causa** ao

*Exmo. Sr. Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação
do Estado do Rio de Janeiro*
Dr. Sérgio Luiz Costa Azevedo Filho (Dr. Serginho)

para entrega de título de **Membro Correspondente** aos

Prof. Dr. Paulo Mendes Pinto (Universidade Lusófona)
Prof. Dr. Antônio Montenegro Fiuza (Universidade Lusófona)

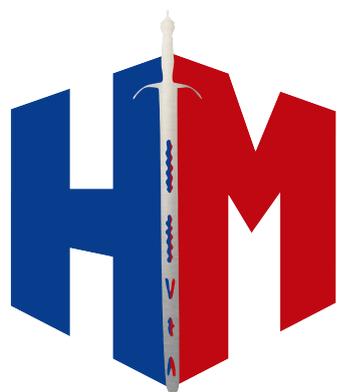
*a cerimônia terá lugar no dia
9/12/2021, às 19.30h
na sede da Academia Brasileira de Filosofia
Casa de Osório
Rua do Riachuelo 303 Centro
Rio de Janeiro*

Traje: Passeio Completo

REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR

A Comissão Portuguesa de História Militar, por acção do Despacho de 28 de junho de 2021 do Ministro da Defesa Nacional de Portugal, dispõe actualmente de uma revista em linha denominada Revista Portuguesa de História Militar (RPHM).

Esta revista, cujo 1.º número (2021) pode já ser lido em <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/rphm>, será editada



Revista
Portuguesa de
História
Militar

semestralmente em formato on-line, publicando artigos de carácter científico, heurístico ou historiográfico sobre matérias relacionadas com a história militar. A RPHM tem como objetivo o aprofundamento e dinamização do conhecimento da história militar, com prioridade para

a história militar de Portugal.

São Directores desta Revista o Tenente-Coronel Doutor Abílio Pires Lousada e o Prof. Doutor Humberto Nuno Oliveira (Membro-Efectivo da Delegação de Portugal da AHIMTB-RJ).



1.º DELEGADO DE HONRA EM PORTUGAL NOMEADO

DECANO DOS ADIDOS MILITARES

Teve lugar no Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), em Lisboa, no dia 15 de Fevereiro, a cerimónia de tomada de posse do Decano e do Vice-Decano do Grupo de Adidos de Defesa e Militares acreditados em Portugal.

Presidida pelo Adjunto para o Planeamento e Coordenação (ADJPC), Vice-almirante António Henriques Gomes, a cerimónia teve como



finalidade formalizar a assunção das funções de Decano, pelo Coronel Túlio Endres da Silva Gomes, Adido do Exército e Aeronáutica do Brasil e 1.º Delegado de Honra da Delegação de Portugal da AHIMTB-RJ, e de Vice-Decano pelo Tenente-Coronel Kian Murphy, Adido de Defesa do Reino Unido, para o ano vigente.

Na abertura do evento, o Vice-almirante Henriques Gomes elogiou a elevada competência, dedicação e eficiência demonstradas pelo Decano e Vice-Decano cessantes, o Coronel Andrew Bernard, Adido de Defesa e Aeronáutico dos Estados Unidos da América, e o Capitão-de-fragata Fernando Sendao, Adido de Defesa da França, que muito contribuíram para a continuidade do excelente relacionamento e reforço das ligações de amizade e cooperação já existentes entre os diversos países e respetivas Forças Armadas.

O ADJPC felicitou, igualmente, o Decano e Vice-Decano empossados, fazendo referência à importância destas funções no seio da Comunidade de Adidos de Defesa e Militares acreditados em Portugal, tendo exortado o seu empenhamento e motivação no fomento do espírito de entreatajuda e apoio, fundamental para o cumprimento da missão de todos do Adidos de Defesa e Militares e do EMGFA, no seu relacionamento com as Forças Armadas congéneres.



ABERTURA DAS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA EM SOROCABA

O Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil / São Paulo, o Gabinete de Leitura Sorocabano, o Exército Brasileiro, a PMESP e outros parceiros, juntamente com a Prefeitura Municipal de Sorocaba, através da Secretaria Municipal de Cultura, realizaram a 17 de fevereiro de 2022 a abertura das comemorações alusivas ao Bicentenário da Independência do Brasil.

Junto ao monumento a Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, no Largo de São Bento em Sorocaba, o Prof. Adilson Cezar, Presidente do IHGGS e da AHIMTB-SP, pronunciou um discurso no qual sublinhou o amor filial de Varnhagen a Sorocaba e ao Brasil,

bem como o seu papel na construção de uma identidade brasileira através das suas obras históricas que lhe renderam o epíteto de Pai da História Brasileira.

O Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil/São Paulo, o Gabinete de Leitura Sorocabano, o Exército Brasileiro, a PMESP e demais Parceiros, juntamente com a Prefeitura Municipal de Sorocaba, através da Secretaria Municipal de Cultura,

Realizam a **abertura** das comemorações alusivas ao

200 anos

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Pronunciamento pelo Prof. Adilson Cezar a respeito do sorocabano Varnhagen para a compreensão do Brasil Independente – um imaginário do passado e do futuro de nossa Nação.

Local: Monumento à Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) no Largo de São Bento.
Horário: 10 h (dez horas)
Data: 17 de fevereiro de 2022.



BRIGADEIRO DANIEL RECEBE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO

Fotos:

Sargento Valentim

(Seção de Comunicação Social - EPCAR)

A Câmara Municipal de Barbacena realizou no dia 21.02.2022, no Salão Nobre da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), a solenidade de entrega do Título de Cidadão Honorário de Barbacena ao Comandante da Escola, ao Brigadeiro do Ar Daniel Cavalcanti de Mendonça, antigo Delegado de Honra em Portugal da AHIMTB-RJ. A cerimônia foi presidida pelo Presidente da Câmara, Vereador Nilton César de Almeida, e contou com a presença de Vereadores, Oficiais e familiares do homenageado.

O Orador da sessão solene foi o Pastor Ewerton José Duarte Horta Júnior, que foi um dos responsáveis pela indicação do Brigadeiro Daniel ao título e, em



seu discurso, destacou a importância da Nascente do Poder Aéreo - como é conhecida a EPCAR -, na história da cidade e na formação dos cidadãos que entregam ao Brasil; bem como, a forte ligação do homenageado com a cidade. “Hoje nós prestamos esta justa homenagem porque o senhor cumpriu os valores fundamentais e, agora, assume o compromisso de defender, acreditar e amar nossa querida Cidade das rosas e das flores”, disse.



O Comandante da EPCAR, Brigadeiro Daniel, ao receber a homenagem falou sobre o amor à cidade e tudo que nela viveu. “Eu gostaria de garantir a cada um dos senhores vereadores, que terão um defensor ferrenho desta cidade, aliás, já o tem, mas agora de fato e de direito. Esse momento eu jamais esquecerei, guardarei para sempre em meu coração! Muito obrigado a todos os senhores. Obrigado, Barbacena!” disse o Oficial-General.

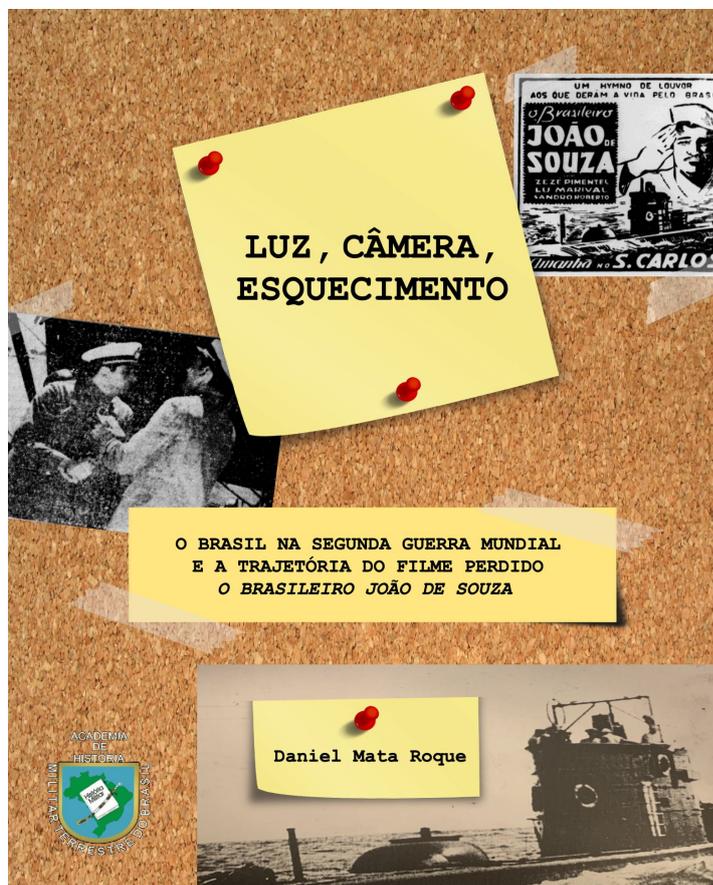
Conforme registo no Regimento Interno da Câmara Municipal de Barbacena, a honraria de Cidadão Honorário de Barbacena tem por objetivo premiar as pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, que pelos serviços e méritos excepcionais prestados ao município, tornaram-se merecedoras de reconhecimento.

Desde Portugal, enviamos as mais vivas felicitações ao Brigadeiro Daniel por tão elevada distinção.

ACADÉMICO DANIEL MATA ROQUE EDITA LIVRO

O Académico Daniel Mata Roque, Secretário Executivo da AHIMTB-RJ, acaba de publicar o livro "Luz, Câmera, Esquecimento: o Brasil na Segunda Guerra Mundial e a trajetória do filme perdido O Brasileiro João de Souza", resultado da pesquisa efectuada no seu mestrado em História.

Esta pesquisa académica tem como objetivo compreender como foi produzido o filme O Brasileiro João de Souza (Bob Chust, 1944), qual foi a sua relevância para a memória brasileira sobre a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e em que contexto ocorreu o seu desaparecimento enquanto produto cinematográfico para



ser exibido e assistido, após o lançamento no Rio de Janeiro em 1944 e a projeção em Nova York (EUA), no mesmo ano, dentro do contexto da Política de Boa Vizinhança. O problema central é perceber como esse filme, aparentemente relevante no contexto histórico, pôde ser quase completamente esquecido e não ter nenhum resquício material preservado, deixando como indícios apenas notícias de jornal, fotografias, citações bibliográficas e raros documentos de arquivo. O Autor procurou assim reconstituir a trajetória do filme perdido.

A versão impressa pode ser adquirida em <https://clubedeautores.com.br/livro/luz-camera-esquecimento> (e em plataformas parceiras como Amazon e Estante Virtual).

A versão digital pode ser acessada gratuitamente [AQUI](#).

SESSÃO SOLENE DE POSSE ACADÊMICA DO CEL EDUARDO BISERRA ROCHA NA CADEIRA FRANKLIN AMÉRICO DE MENESES DÓRIA, BARÃO DE LORETO, COMO 1º OCUPANTE

Prof. Israel Blajberg
Presidente da AHIMTB-RJ

A ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL / RJ, Academia Marechal João Baptista de Mattos, promoveu na segunda-feira 07/março/2022 a Sessão Solene de Posse como Acadêmico do Cel Eduardo Biserra Rocha, que passa a ser o titular da Cadeira Franklin Américo de Meneses Dória, Barão de Loreto, como 1º. Ocupante. A sessão teve lugar nas tradicionais dependências da Biblioteca do Exército, repositório da cultura militar.

Presta assim a Academia uma homenagem a Biblioteca do Exército - BIBLIEX, a Casa do Barão de Loreto,



unidade integrante da DPHCEX, Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, subordinada ao DECEX, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO.

A Mesa Diretora dos trabalhos estava composta pelo Excelentíssimo Senhor Gen Bda Carlos Augusto Ramires Teixeira, Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército e 2º. Presidente de Honra da Academia, que presidiu a Sessão Solene, na qualidade de maior autoridade presente; pelo Cel Cláudio Moreira BENTO, Presidente do Conselho Consultivo da AHIMTB/Rio, pelo Prof. Israel Blajberg, Presidente da AHIMTB/RIO, e pelo empossado Cel Eduardo Rocha.

Encontravam-se presentes ainda o Vice-Presidente da AHIMTB, Dr Pedro Calmon Filho, o Secretário Executivo Cineasta Daniel Mata Roque, Acadêmicos, a Representante do Vice-Alte J C Mathias, Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, Comte Angelica Ceron, Cel Pablo, representando o Gen CUREAU, Ch CCFEx/FSJ, Cel Schmidt, Diretor do MNM2GM, Cel Eude, Assessor da DPHCEX, Cel Rubens, Gerente Comercial e Cel Nery, Gerente de Direitos Autorais da BIBLIEX, TC Daniel, Sub-Diretor, demais membros da equipe da BIBLIEX, Eng Luiz Rocha, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, Dr Leon Rabinovitch, Pesquisador e antigo dirigente da Fundação Oswaldo Cruz, Sr David W Cronin, do Consulado dos EUA e demais convidados.

O Gen Ramires abriu os trabalhos dizendo da importância da ligação cultural entre a Academia e a DPHCEX, por intermédio da BIBLIEX, tecendo considerações sobre o trabalho



ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL

AHIMTB/RIO
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO
Marechal João Baptista de Mattos

A AHIMTB/RIO tem a honra de convidar para a Sessão Solene de Posse como Acadêmico do
Eduardo Biserra Rocha - Cel
Cadeira Franklin Américo de Meneses Dória - Barão de Loreto.

Data: segunda-feira, 07 de março de 2022.
Horário: 15h.
Local: Auditório da Biblioteca do Exército.
Palácio Duque de Caxias, Ala Marçílio Dias, 3º andar.

Cláudio Moreira Bento - Cel
Presidente do Conselho Consultivo

Informações:
☎ (21) 2268-2210
☎ (21) 99483-8045
✉ Ahimtb.Rio@hotmail.com

1º Presidente de Honra
Comandante Militar do Leste

2º Presidente de Honra
Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

3º Presidente de Honra
Comandante da ECEME

Presidente do Conselho Consultivo – AHIMTB/RIO
Cláudio Moreira Bento - Cel

O Conselho Consultivo da AHIMTB-RIO – CCons/AHIMTB-RIO tem como atribuições assessorar a Presidência quanto à admissão e promoção de Acadêmicos, concessão de Moedas de Honra (Medalhas e Diplomas) e realização de sessões e eventos histórico-culturais.

Presidente da AHIMTB/RIO
Prof. Israel Blajberg

Vice-Presidente
Dr. Pedro Calmon Filho

Secretário Executivo
Cineasta Daniel Mata Roque

O Colégio Acadêmico é integrado pelos Acadêmicos Grandes Beneméritos, Beneméritos, Eméritos e Titulares

Sócios Especiais
Honorários, Correspondentes e Aspirantes





realizado pelo Fundador Cel Bento, como Pensador Militar, de quem guarda recordações do seu tempo de Cadete, quando foi seu instrutor de História Militar na AMAN.



Conforme a tradição, foi lida a biografia do Marechal João Baptista de Mattos, que dá seu nome honrado a esta Academia, seguindo-se a saudação de recepção ao novo confrade, em nome do Colégio Acadêmico, pelo Gen Ramires, e as palavras do empossado sobre a Casa do Barão de Loreto, que em sua oração alusiva fez a saudação ao Patrono da Cadeira ora inaugurada.



Como símbolo material da entrada na Academia, foi entregue o Diploma e feita a Aposição da Insígnia ao Cel Eduardo, pelo Gen Ramires e Cel Bento.



Em seguida, ocorreu a Aposição da Medalha do Mérito Histórico Militar Terrestre - MMHMT, ao Professor Sebastião AMOEDO, Presidente do Conselho de Minerva da UFRJ, em reconhecimentos aos bons serviços prestados a Memória Nacional. Nesta sessão, o Prof. Amoedo fez entrega de uma peça escultórica ao Dir PHCEX Gen Bda Ramires, a qual data da época do fascismo na Itália, para incorporação ao acervo do Museu Histórico do Exército.

A referida peça é um pequeno relevo em metal amarelo acondicionado em estojo, apresentando o busto do Ditador Mussolini e dísticos em italiano alusivos àquela ideologia vigente na ocasião. A peça consta de uma placa em latão dourado com a face em alto

relevo de Benito Mussolini. Ao lado esquerdo o Fasces da antiga Roma, feixe de varas em torno de um machado, origem do termo “fascista”. Ao lado direito a palavra “Duce”, do italiano “líder”, ou do latim “dux”. Na gola do vestuário, em italiano, três comandos: “Se eu avançar, sigam-me. Se eu retroceder matem-me. Se me matarem, vinguem-me”. A peça foi adquirida em princípios do séc. XXI em antiquário de Itaipava - RJ.

Em primoroso relato histórico, usou então da palavra o Cel Bento, que fez um retrospecto da atuação da BIBLIEX desde os primórdios, e seus antigos Diretores, destacando fatos relevantes da trajetória da Casa do Barão de Loreto desde a década de 30.



Encerrando os trabalhos, o Gen Ramires agradeceu a presença de todos e convidou para uma confraternização no Salão Nobre, onde os presentes puderam apreciar uma exposição de obras raras da BIBLIEX e obras produzidas pela AHIMTB.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



Na manhã de 28 de abril, no Palácio Marquês do Lavradio, no Campo de Santa Clara, em Lisboa, teve início o Seminário Internacional “200 anos da Independência do Brasil”. O evento foi aberto com as palavras do General José Nunes da Fonseca, Chefe do Estado-Maior do Exército de Portugal e do



Comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Marco Antônio Freire Gomes. A cerimônia contou também com a presença do General de Exército André Luís Novaes Miranda, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), do General de Divisão José Ricardo Vendramin Nunes, Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), do General de Brigada Luciano Antonio Sibinel, Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) e do Major-General Aníbal Alves Flambó, Director de História e Cultura Militar (DHCM).

Em seguida à abertura, procederam-se as seguintes homenagens: entrega da medalha



Ordem do Mérito Militar - Grau Oficial ao Coronel Welton Gomes Maia Junior, Oficial de Ligação do Exército Brasileiro para a Área Cultural junto ao Exército Português, e Medalha Exército Brasileiro ao Coronel António Velez, Chefe da Repartição de Museus da Direção de História e Cultura Militar do Exército Português, e ao Engenheiro Rui Santos Vargas, Delegado de Portugal da Academia de História Militar Terrestre do Brasil do Rio de Janeiro.

O seminário destacou o processo da Independência do Brasil, bem como o fortalecimento da confiança mútua e dos valores patrióticos, morais, cívicos e éticos que unem os Exércitos de ambos os Países. Nesta mesma manhã de 28 de abril, o Major General Aníbal Alves Flambó, Diretor de História e Cultura Militar (DHCM), colocou em destaque as diversas atividades culturais do Exército Português, especialmente no que diz aos seus museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, sítios históricos e espaços culturais; o General de Exército André Luís Novaes Miranda, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), abordou os pontos comuns de cultura e história em sua apresentação “A história e a cultura no Exército Brasileiro”; e, finalizando a primeira parte do Seminário, o Coronel Welton Gomes Maia Junior, oficial de Ligação do Exército Brasileiro para a Área Cultural junto ao Exército Português, apresentou as atividades de cooperação histórico-militar, iniciadas no ano de 2015, entre os exércitos de Portugal e do Brasil.





Inaugurando as sessões de comunicações temáticas, na tarde do dia 28 de abril, o moderador Engenheiro Rui Santos Vargas, Delegado de Portugal da Academia de História Militar Terrestre do Brasil do Rio de Janeiro, conduziu os trabalhos e os debates a partir das apresentações proferidas pelos palestrantes Professor Doutor Luis Miguel Moreira, do Departamento de Geografia da Universidade do Minho, e Coronel Antonio Ferreira Sobrinho, Chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHIMEX), que, respectivamente, exploraram os seguintes assuntos: “Do Novo Mundo ao Império (1550-1824): imagens do Brasil nas principais coleções bibliocartográficas do Exército Português”, e “A participação da Força Terrestre Brasileira (Exército Libertador) no processo da Independência.”.



Em 29 de abril, continuaram os trabalhos do Seminário Internacional com as III e IV sessões de comunicações temáticas, coordenadas pelo Coronel Carlos Alberto Borges da Fonseca, (Comissão Portuguesa de História Militar), sobre o bicentenário da Independência.



Na III sessão foram apresentados e debatidos os seguintes assuntos, “Maria Quitéria: a Soldado Medeiros. Pioneirismo, protagonismo e patriotismo nas lutas pela Independência do Brasil” (Ten Cel Maristela da Silva Ferreira - CEPHiMEx); “Da Independência do Brasil à

Emergência do III Império Português” (Tenente-Coronel Abílio Lousada - Investigador em História Militar, Exército Português); e na IV sessão: “Os processos de independência das colônias ibéricas nas Américas sob a perspectiva da História Comparada e do poder militar” (Cel Carlos Daróz-CEPHiMEx); e “Forças militares no Brasil colônia em tempos de fragmentação política” (Prof. Dr. Miguel Dantas da Cruz - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa - ICS-UL).

Finalizando as atividades do dia, o Major-General Aníbal Alves Flambó, Diretor de Cultura e História Militar do Exército Português e o General de Brigada Luciano Antonio Sibinel (Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército - DPHCEX) proferiram palavras de encerramento das sessões de auditório.

Todas as comunicações do Seminário podem ser visualizadas no canal do [You Tube](#) do Exército Português.



INTEGRANTES DA ACADEMIA CONDECORADOS

❖ Cinco homenageados, todos eles integrantes de uma AHIMTB, escolhidos pelo Comando do Exército Brasileiro receberam a medalha Tributo à Força Expedicionária Brasileira (FEB), que destaca civis e militares, nacionais ou estrangeiros que tenham trabalhado em prol da preservação e divulgação da memória histórica da FEB na Segunda Guerra Mundial. Instituições que tenham prestado o mesmo serviço também podem receber a distinção.

A solenidade, que decorreu no passado dia 17 de Março, aconteceu no Salão Nobre do Comando Militar do Sul (CMS), no Centro Histórico de Porto Alegre/RS e homenageou o **Cel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia**, **Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis**, **Cel Mário Luiz Rossi Machado**, **Cel Leonardo Roberto Carvalho de Araújo** e o **Dr. Ricardo Moojen Nácul**.

“Eu tenho o privilégio de conhecer todos os senhores há muito tempo, eu tenho o privilégio de reconhecer e conhecer o trabalho em prol de nossa memória, da memória do Exército Brasileiro. Porque a preservação do nosso patrimônio é de fundamental importância para as próximas gerações”, destacou o General do Exército Valério Stumpf Trindade, comandante Militar do Sul.



❖ O Dr. Ricardo Moojen Nácul foi ainda agraciado com a Medalha da Vitória pelo Ministério da Defesa. Recebeu a condecoração em cerimónia que decorreu, com muito brio e simbolismo, no dia 18 de Maio no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro.



❖ No dia 28 de Abril, por ocasião dos 10 anos da Delegação de Portugal que se assinalam no próximo dia 1 de Maio (data da célebre Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel), o Presidente da nossa Academia Professor Israel Blajberg, ouvida a Comissão de Admissão e Outorgas que se reuniu a 12 de Abril de 2022, decidiu conferir a MEDALHA DO MÉRITO HISTÓRICO MILITAR TERRESTRE, como reconhecimento da “contribuição à pesquisa, preservação e divulgação da História Militar Terrestre do Brasil e de Portugal”, aos seguintes membros:

- Major-General Aníbal Alves Flambó;
- Coronel Inf^a Comando Mário Jorge Freire da Silva;
- Coronel Inf^a Paraquedista António Manuel Diogo Velez;
- Coronel Inf^a Welton Gomes Maia Junior.



❖ Ainda no dia 28 de Abril, o Engenheiro Rui Santos Vargas foi agraciado com a Medalha Franklin Dória pela Biblioteca do Exército (BIBLIEx), pelo seu contributo para o “desempenho proficiente dessa Unidade de Informação, visando ao provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da cultura profissional-militar e geral dos públicos interno e externo”.



A todos os condecorados, as mais vivas felicitações pelo reconhecimento do seu trabalho e dedicação.

Preservação da nossa História Militar – Um desafio. Por quê?

Dr. Ricardo Moojen Nácul ⁴

Ao longo dos meus 38 anos de caminhada como preservador de objetos castrenses, através de um trabalho voluntário envolvendo o estudo, pesquisa e conservação de itens militares que foram usados nas mais importantes fases da nossa história por homens e mulheres anônimos ou considerados heróis nacionais, mas pouco conhecidos, pude constatar (sentir na pele) que tudo que passei foram grandes desafios.

A primeira dificuldade é a localização segura de tais relíquias, ora indumentárias, condecorações, documentos, fotografias, objetos de uso em campo e em situação bélica. Muitas pessoas devem pensar: “basta ir num antiquário ou feirinha de pulgas que se acha”. Em parte é verdade, porém repito de forma segura. Quem obtém tais utensílios deve ter como premissas a origem íntegra, a obrigação de buscar informações de quem era o antigo usuário e porque era utilizados.



⁴ Bacharel em Administração de Empresas, pós graduado em Marketing. Empresário do ramo da Educação. Curador do Projeto Museu da Vitória - Brig Nero Moura, Vice-presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB - RS, Representante no RS da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - RJ. Ex Vice-presidente (Fundador) por 24 anos da Associação de Amigos do Museu do CMS. Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - Cadeira 116 do Mal Leitão de Carvalho. Sócio Efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. Sócio Colaborador da ABRA-PC.

As mais antigas culturas sempre valorizaram os contadores de história ou professores porque sem eles tudo será esquecidos, virará pó e nossa cultura se apagará. Partindo desse pressuposto, iniciei com exposições temáticas, palestras e auxiliando pesquisadores usando o acervo que ao longo de anos havia obtido com familiares, amigos e pessoas que acreditaram nas minhas intenções e objetivos.



“Nada cai do céu” - Ir atrás de informações há 20-30 anos atrás, sem a tecnologia de hoje, era através da aquisição de livros especializados, revistas e muita conversa com veteranos e seus familiares. Procurei frequentar desde criança a Associação de Veteranos da minha cidade, obtendo informações *in natura*. Com o convívio veio a amizade. Ano após ano, a confiança, respeito e admiração mútua. Com o tempo e a longa existência desses veteranos recebi a responsabilidade sobre suas lembranças de guerra e memórias.

Viajando ao exterior à trabalho ou lazer procurei conhecer museus, feiras e outras associações de veteranos. O ciclo de envolvimento foi o mesmo, e também assumi o compromisso de outros acervos de ex-combatentes de diversas nações.

Tudo que requer dedicação recebe em contra partida “a fatura” da resistência e questionamentos de familiares e amigos, a inveja baseada na incompreensão ou natureza humana e também o preconceito com objetos militares e com civis desempenhando a missão da preservação e divulgação. A cada barreira ultrapassada, um novo desafio surge.

Retirando os obstáculos de linhas de pensamento ou ação, quem se dedica à preservação da história encontra empecilhos ou contratempos dos seus maiores inimigos: o tempo e a natureza. Objetos que foram feitos para serem utilizados numa guerra, campanha ou possuem tempo determinado de validade, tendem a se desmanchar com a inexorável passagem do tempo, como a qualidade do ar (poluição), umidade, limpeza,

tipo de condicionamento, as maneiras de manusear e intemperes, etc. Técnicas, estudos e materiais são aliados para tentar reter ou retardar esses processos nocivos, mas qualquer deslizamento ou erro será fatal.

O custo para se obter ou conservar objetos históricos é gigantesco, e a dedicação, proporcional. Muitos iniciam a missão, poucos continuam. O nível de desistência é enorme, ainda mais com a vida dinâmica que temos hoje em dia e com muitas variáveis. Quem consegue planejar e ter foco, a empreitada é mais organizada. Meu exemplo: comecei com itens familiares relativos a Guerra do Paraguai e Revoluções de 1930-32. Depois migrei para a Segunda Guerra Mundial (um conteúdo muito rico por ser um conflito mundial, muito bem documentado e enorme diversidade). Depois foquei na Força Expedicionária Brasileira, depois na Marinha do Brasil e FAB. Na sequência nossos aliados e inimigos; batalhas; teatro operacional na Europa; teatro operacional do Pacífico; a causa: Primeira Guerra Mundial; as consequências: divisões geopolíticas e novos conflitos, etc. Após quase quatro décadas, hoje tenho 52 anos e mais de 16.000 artefatos histórico militares sob a minha responsabilidade.



Seguindo a minha maneira de pensar, agir e filosofia, comecei a me organizar para a criação de um museu. Enquanto estivermos mostrando os feitos de nossos heróis através de suas histórias e objetos, mesmo que não estejam entre nós, esses estarão vivos.

O projeto prevê um estudo didático da melhor forma de apresentar informações, da mesma forma que essas fiquem gravadas nas mentes (e corações) de quem visitou o espaço. Como? Gerando experiências! Holografia, efeitos especiais, devem despertar os sentidos com som, cheiros e luz. Devem transmitir emoção! Museus hoje em dia não podem ser estáticos ou simplesmente “depósitos de coisas velhas”.



Iniciativas como essas desoneram o Estado porque esse pode apoiar, não deve manter. Nós da iniciativa privada devemos dividir a responsabilidade da conservação e perpetuação da nossa história. No mundo inteiro iniciativas como essa são reconhecidas e apoiadas. Exemplos como na Normandia, onde numa extensão de 80km existem mais de 30 museus particulares e um somente público (auxiliado justamente por essas outras atrações culturais). Citando outra iniciativa, uma das maiores coleções e atrações do Museu Imperial de Guerra de Londres é a coleção particular do Lorde Ashcroft de mais de 130 medalhas “Victoria Cross” (VC), a mais alta e prestigiosa honraria britânica, concedida por bravura “na presença do inimigo” a membros das Forças Armadas Britânicas, podendo cada exemplar valer milhares de libras esterlinas em leilões especializados. Iniciada em 1986 contém cerca de 10% de todas as VCs atribuídas. Quanto iria custar para os cofres públicos ingleses ter essa coleção? E a necessidade de mil e uma justificativas para esse investimento? Recentemente toda a coleção foi doada para esse museu, uma prática secular presente em vários países.



Um museu privado com anuência das nossa Forças Armadas, da Sociedade e pessoas que pensam de uma mesma forma com ideais, civismo e valorizam a honradez e o sacrifício de nossos militares, ora na guerra como na paz, deve ser apoiado. Ele será um potencializador de ensino e cultura, preencherá lacunas de aprendizado nas redes escolares, será uma atração turística ímpar, poderá impedir as perdas diárias de artefatos históricos militares no Brasil (sim, muitos são simplesmente colocados no lixo ou destruídos), ajudará impedir o comercio ilegal e clandestino, uma vez que as famílias poderão doar ou emprestar seus acervos e também inspirar de jovens a seguirem nas Forças Armadas, bem como, fonte de orgulho para militares da ativa e da reserva e opinião pública da sociedade.

O nome do nosso projeto: **Museu da Vitória - Brig Nero Moura.**

Por que **Museu da Vitória**? Vitória porque ele enaltece os heróis que lutaram contra o nazi fascismo em busca da liberdade dos povos; bem como serve como memorial aos mortos e feridos, os sacrifícios de uma geração em prol de um mundo livre. Quem foi o **Brigadeiro Nero Moura**? Um dos pioneiros da aviação do Brasil. Foi Comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça “Senta a Púa” na Itália com 62 missões de guerra completas na Segunda Guerra Mundial. Posteriormente foi Ministro da Aeronáutica e hoje Patrono da Aviação de Caça do Brasil.





Para provocar: voltando aos nossos questionamentos do início desse artigo, perguntem para alguns jovens ou adultos quem foi Nero Moura. O que é “Senta a Púa”? Pesquisem na internet se existe alguma praça, avenida ou rua com o nome dele na capital do estado do RS (gaúcho, nasceu no município de Cachoeira do Sul). Um vulto tão importante, fora os integrantes da Aeronáutica ou entusiastas ou de uma certa idade, não saberão! Tem algo errado? A Missão continua ... cada um deverá fazer a sua parte. **JAMAIS SERÃO ESQUECIDOS!**

O informativo *Tomada de Caiena* conta com o apoio da
Direcção de História e Cultura Militar e da Biblioteca do Exército.
Os números publicados estão disponíveis para descarga através do código QR.



